LEI Nº 2.378, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1997.

"Dispõe sobre alteração de denominação de Rodovia Estadual."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A antiga Rodovia Estadual "Engº João Caetano Álvarez Júnior", que ora pertence ao Município de Tremembé, passa a denominar-se **"AVENIDA LUIZ GONZAGA DAS NEVES".**

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria suplementada se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de fevereiro de 1997.

Mário Carneiro Medo
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de fevereiro de 1997.

Armando Lori
Secretário Municipal

LEI Nº 2.379, DE 13 DE MARÇO DE 1997.

"Dá nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - No artigo 16, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações, ONDE SE LÊ:

"ARTIGO 16 - Os valores constantes dos mapas serão atualizados anualmente, até 31 de dezembro de cada ano, por DECRETO EXECUTIVO, para serem aplicados no lançamento de impostos devidos no exercício seguinte, pelo índice da inflação acumulada no período de dezembro do exercício anterior a novembro do exercício atual, ou seja:

ÍNDICE : Inflação acumulda de novembro do exercício anterior a novembro de cada exercício / 100 + 1,000."

LEIA-SE:

"ARTIGO 16 - Os valores constantes dos mapas serão atualizados anualmente, até 31 de dezembro de cada ano, por DECRETO EXECUTIVO, para serem aplicados no lançamento de impostos devidos no exercício seguinte, pelo índice da inflação acumulada no período de dezembro do exercício anterior a novembro do exercício atual, ou seja:

ÍNDICE : Inflação acumulada de dezembro do exercício anterior a novembro de cada exercício / 100 + 1,000."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1997.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 13 de março de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 13 de março de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

L E I Nº 2.380, DE 25 DE MARÇO DE 1997.

"Dispõe sobre alterações de dispositivos constantes na Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os incisos I e II do artigo 38, os incisos II e III do artigo 102, os incisos III e IV do artigo 140, letras c e d do § 4º do artigo 154, incisos III e IV do artigo 189, incisos III e IV do artigo 200, incisos III e IV do § 5º do artigo 234, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"ARTIGO 38 - ...

I - 15% (quinze por cento) para débitos existentes até 31 de dezembro de 1996;

II - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia sobre o valor atualizado do débito."

"ARTIGO 102 - ...

II - 15% (quinze por cento) para débitos existentes até 31 de dezembro de 1996;

III - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia sobre o valor atualizado do débito."

"ARTIGO 140 - ...

§ 4º - ...

c - 15% (quinze por cento) para débitos existentes até 31 de dezembro de 1996;

d - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia sobre o valor atualizado do débito."

"ARTIGO 189 - ...

III - 15% (quinze por cento) para débitos existentes até 31 de dezembro de 1996;"

IV - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia sobre o valor atualizado do débito."

"ARTIGO 200 - ...

III - 15% (quinze por cento) para débitos existentes até 31 de dezembro de 1996;

IV - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia sobre o valor atualizado do débito."

"ARTIGO 234 - ...

§ 5º - ...

III - 15% (quinze por cento) para débitos existentes até 31 de dezembro de 1996;

IV - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia sobre o valor atualizado do débito."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de março de 1997, permanecendo em vigor até 15 de março de 1997, os dispositivos da legislação anterior, para débitos vencidos até 30 (trinta) dias do seu vencimento, ou seja, débitos vencidos em 15 de fevereiro de 1997.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 25 de março de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 25 de março de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

L E I Nº 2.381, DE 25 DE MARÇO DE 1997.

"Autoriza o Poder Executivo a firmar acordo de parcelamento de dívida para com o FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo de parcelamento de seus débitos junto ao FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, de seus servidores, referente ao período de 05/95 à 02/97, no valor de R$ 625.586,85 (seiscentos e vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), assim discriminado:

05/95.....R$ 19.049,47
06/95.....R$ 22.566,08
07/95.....R$ 24.395,01
08/95.....R$ 25.457,33
09/95.....R$ 26.142,11
10/95.....R$ 24.591,41
11/95.....R$ 24.197,77
12/95.....R$ 23.595,09
13º/95.....R$ 23.746,84

01/96.....R$ 24.888,72
02/96.....R$ 25.223,11
03/96.....R$ 26.164,58
04/96.....R$ 27.531,61
05/96.....R$ 29.260,26
06/96.....R$ 30.304,50
07/96.....R$ 34.486,24
08/96.....R$ 33.148,70
09/96.....R$ 20.580,88
10/96.....R$ 32.384,50
11/96.....R$ 33.435,57
12/96.....R$ 26.232,90
13º/96.....R$ 25.094,40

01/97.....R$ 25.893,99

02/97.....R$ 26.717,78

ARTIGO 2º - O presente acordo de parcelamento poderá ser em quantas prestações mensais e consecutivas a Caixa Econômica Federal, através de sua Central de Prestação de Serviços - CEPEL/CP, autorizar.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo consignará nos Orçamentos Anual e Plurianual de Investimentos do município, durante o prazo necessário, dotações para o cumprimento das obrigações do débito objeto do presente parcelamento, bem como, para quitação das contribuições normais devidas.

ARTIGO 4º - As despesas por conta desta Lei, no presente exercício, onerarão dotações próprias constantes do Orçamento Fiscal vigente.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 25 de março de 1997.

Mário Carneiro Leão

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 25 de março de 1997.

Armando Tori

Secretário Municipal

L E I Nº 2.382, DE 25 DE MARÇO DE 1997.

"Dispõe sobre a celebração de convênio entre a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé e estabelecimentos comerciais de Tremembé e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com os estabelecimentos comerciais de Tremembé, para atender as necessidades básicas dos servidores públicos municipais.

ARTIGO 2º - O valor dos produtos alimentícios e farmacêuticos adquiridos pelos servidores públicos municipais será descontado mensalmente, em folha de pagamento, mediante autorização prévia dos mesmos.

§ 1º - O montante dos produtos adquiridos não poderá ultrapassar a 40% (quarenta por cento) do total do salário percebido pelo servidor.

§ 2º - O valor dos produtos adquiridos pelos servidores serão descontados em uma só vez, no mesmo mês da efetivação da compra.

§ 3º - A autorização para a aquisição dos produtos será fornecida pela Assessoria Administrativa, através da emissão de formulário "Vale Compra", que deverá ser requisitado mensalmente pelo servidor.

ARTIGO 3º - Os produtos farmacêuticos compreendem aquisição de medicamentos, manipulação de fórmulas médicas e leites especiais para lactentes, excluindo-se o fornecimento de produtos de higiene, toucador e perfumaria.

PARÁGRAFO ÚNICO - A aquisição de produtos farmacêuticos será autorizada mediante apresentação de receituário médico nominal ao servidor ou aos seus dependentes.

ARTIGO 4º - Caberá aos estabelecimentos comerciais conveniados, encaminhar ao Poder Executivo, até o dia 25 de cada mês o valor total das aquisições do mês, acompanhada dos respectivos comprovantes de despesas.

ARTIGO 5º - O Poder Executivo repassará aos estabelecimentos conveniados o valor total das compras efetuadas pelos servidores, até o 10º dia útil do mês subsequente ao da aquisição.

ARTIGO 6º - Dos contratos a serem celebrados para cumprimento das finalidades desta lei, deverão constar todas as normas e exigências legais pertinentes aos atos contratuais.

ARTIGO 7º - As despesas por força da presente lei, ocorrerão por conta de receita e despesa extra-orçamentária.

ARTIGO 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 9º - Revogam-se as disposição em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.101, de 16 de setembro de 1993 e a Lei Municipal nº 2.304, de 26 de dezembro de 1995.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 25 de março de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 25 de março de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

— FAX 272-3313 — E. S. PAULO

LEI Nº 2.383, DE 08 DE ABRIL DE 1997.

"Autoriza o Poder Executivo a permitir o uso de imóvel municipal e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica permitido a "CASA TIA ANITA" (Anna Queiroz de Almeida e Silva), entidade de atendimento ao menor, desta cidade, o uso, a título precário, por 30 (trinta) anos, dos imóveis abaixo caracterizados, assinalados no croqui anexo, que rubricado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, fica fazendo parte integrante desta lei:

ÁREA A - Área de terreno situado à Avenida Audrá, com a seguinte descrição planimétrica: inicia-se em um ponto situado na convergência da área em questão, com propriedade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, e Avenida Audrá, distando 76,50 metros da confluência com a Rua Ismael Dias da Silva e segue com rumo SW 18º08'00" e 53,50 metros, com frente para Avenida Audrá; daí segue com rumo NW 04º58'11" e 1,80 metros, confrontando com propriedade da Petrobrás; daí segue com rumo NW 21º34'09" e 21,30 metros, confrontando ainda com propriedade da Petrobrás; daí segue com rumo NW 21º34'09" e 31,50 metros, confrontano com a Área B (comodatada à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé); daí segue com rumo SE 89º30'00" e 36,00 metros, confrontando com propriedade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, até encontrar o ponto de início da presente descrição planimétrica, fechando assim o perímetro e encerrando uma área de 902,83 metros quadrados.

ÁREA B - Área de terreno comodatada à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, anexada a Área A (acima descrita), distando 23,50 metros da confluência com a Avenida Audrá e segue com rumo NW 54º48'00" e 64,80 metros, confrontando com propriedade da Petrobrás; daí segue com rumo NE 80º00'48" e 11,40 metros, confrontando com o loteamento Nossa Senhora da Guia; daí segue com rumo NE 77º19'03" e 24,40 metros, confrontando ainda com o loteamento Nossa

Senhora da Guia; daí segue com rumo SE 21º34'09" e 16,80 metros, confrontando com propriedade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé; daí segue com rumo SE 21º34'09" e 31,50 metros, confrontando com a Área A (acima descrita) em anexo; até encontrar o ponto de início da presente descrição planimétrica, fechando assim o perímetro e encerrando uma área de 845,77 metros quadrados.

ARTIGO 2º - A permissão de uso se destina especificamente na implantação do abrigo de menores, para desenvolvimento de programas de proteção e sócio-educativos de crianças e adolescentes em regime de abrigo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica automaticamente cancelada a permissão concedida caso seja desviada a finalidade de sua utilização.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo Municipal poderá designar servidores para execução de serviços ao abrigo de menores, assim como ceder material e equipamentos para manutenção do mesmo.

ARTIGO 4º - Nos casos de extinção ou dissolução da entidade, bem como alteração do destino do imóvel, será o mesmo restituído ao Município, incorporando-se ao seu patrimônio todas as benfeitorias nele construídas, ainda que necessárias, independentemente de qualquer pagamento, seja a que título for.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de abril de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de abril de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

LEI Nº 2.384, DE 15 DE ABRIL DE 1997.

"Dispõe sobre o serviço de moto-táxi."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Serviço de Moto-Táxi da Estância Turística de Tremembé, destinado ao transporte individual de passageiros e de mercadorias, obedecerá aos critérios estabelecidos por esta lei.

ARTIGO 2º - O serviço de moto-táxi será prestado por motocicletas, ou similares, credenciadas no Município, com potência mínima de 100 (cem) cilindradas e máxima de 500 (quinhentas) cilindradas, vinculadas às cooperativas e empresas prestadoras de serviços, que se utilizam de motocicletas e similares.

ARTIGO 3º - As autorizações para a prática do serviço instituido por esta lei será de competência da Prefeitura Municipal e dependerão do atendimento dos seguintes requisitos:

I - requerimento formulado pelo proprietário da motocicleta, instruído com os seguintes documentos:

a)- cédula de identidade;

b)- prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas;

c)- comprovante de residência no Município;

d)- carteira de habilitação na categoria, expedida há mais de um ano;

e)- certidão negativa de antecedentes criminais e provas de regularidade perante a legislação eleitoral e militar;

f)- prova de inscrição no cadastro de profissionais autônomos da Prefeitura Municipal; e

g)- documentação da motocicleta, licenciada no Município, com no máximo 10 anos de uso.

II - comprovante de aprovação em vistoria técnica, quanto às condições de uso da motocicleta, realizada pelo CIRETRAN;

III - autorização legal do proprietário da motocicleta, na hipótese do condutor não ser proprietário da mesma;

IV - comprovação de cobertura securitária para o condutor e o passageiro sob a responsabilidade e a cargo da cooperativa ou da empresa prestadora do serviço;

V - comprovação de vínculo a cooperativa ou empresa prestadora de serviços executados exclusivamente por motocicletas e similiares.

PARÁGRAFO ÚNICO - A validade da autorização é de dois anos, podendo ser renovada por igual período, desde que seu titular não tenha cometido infração grave, de que trata o artigo 7º desta lei.

ARTIGO 4º - O valor da tarifa do serviço de moto-táxi, a ser definida por corrida, através de regulamento, não poderá exceder ao dobro da tarifa do transporte coletivo urbano, cobrado neste Município, exceto no período noturno, após às 20:00 horas, e nos domingos e feriados, quando poderá ser cobrada tarifa especial.

ARTIGO 5º - É vedado o transporte simultâneo de passageiros e bagagens que excedam à capacidade total de carga da motocicleta, bem como de mais de um passageiro e de menor de 18 anos, exceto se este portar autorização por escrito do pai ou responsável.

ARTIGO 6º - Além do cumprimento das normas do Código Nacional de Trânsito, os motoristas condutores de moto-táxi deverão obedecer ao seguinte:

I - dirigir a motocicleta de modo a propiciar segurança e conforto ao usuário;

II - não ultrapassar a velocidade de 40 km por hora, especialmente quando estiver no perímetro urbano do Município;

III - não efetuar arrancadas bruscas que propiciem acidentes;

IV - portar, além dos documentos civil e de habilitação, licença expedida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal;

V - trajar uniforme da empresa, obrigatoriamente constituído da calça comprida, camiseta e colete, ou similar, com o logotipo, nome e telefone da empresa; e

VI - utilizar e fazer o passageiro utilizar os equipamentos de segurança exigidos por lei.

ARTIGO 7º - Sem prejuízo das cominações legais cabíveis, constituem falta grave, para efeito de cassação da licença e impedimento à sua renovação:

I - as infrações ao estatuído no artigo 5º desta lei.

II - conduzir a motocicleta em estado de embriaguez alcoólica ou sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza; e

III - envolvimento em acidente, desde que comprovada culpa ou dolo do condutor após o devido processo legal.

ARTIGO 8º - A fiscalização dos serviços de moto-táxi será exercida por todos os órgãos de fiscalização municipal e estadual no âmbito de sua competência.

PARÁGRAFO ÚNICO - As penalidades de advertências, de suspensão temporária e de cassação de licença, bem como a autorização competente para a sua aplicação, serão estabelecidas em regulamento.

ARTIGO 9º - O poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei no prazo de 30 dias a contar de sua publicação.

ARTIGO 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 15 de abril de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

(cont. Lei nº 2.384/97) -04-

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de abril de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

L E I Nº 2.385, DE 16 DE ABRIL DE 1997.

"Dispõe sobre denominação de Logradouro Público."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se "PRAÇA MANOEL VARGUES MATOSO" o espaço existente na confluência das ruas Antonio Lourenço Xavier e 26 de Novembro.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 16 de abril de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 16 de abril de 1997.

Armando Ieri
Secretário Municipal

L E I Nº 2.386, DE 07 DE MAIO DE 1997.

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde - COMUS, como órgão colegiado consultivo e deliberativo, de caráter permanente, gestor do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, com atribuições, composição, organização e funcionamento fixados por esta lei.

ARTIGO 2º - São atribuições do COMUS:

I - atuar na formulação e controle da execução da política de saúde, incluídos seus aspectos econômicos, financeiros e de gerência técnico-administrativa;

II - estabelecer estratégicas e mecanismos de coordenação e gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, articulando-se com os demais colegiados em nível nacional, estadual e municipal;

III - traçar diretrizes de elaboração e aprovar os planos de saúde, adequando-se às diversas realidades epidemiológicas e à capacidade organizacional dos serviços;

IV - propor a adoção de critérios que definam qualidade e melhor resolutividade, verificando o processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área;

V - propor medidas para o aperfeiçoamento da organização e do funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS;

VI - examinar propostas e denúncias, responder a consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Colegiado;

VII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde;

VIII - propor a convocação e estruturar a comissão organizadora das Conferências Municipais de Saúde;

IX - fiscalizar a movimentação de recursos repassados ao Departamento Municipal de Saúde e/ou Fundo de Saúde;

X - estimular a participação comunitária no controle da administração do Sistema de Saúde;

XI - propor critérios para a programação e para a execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde, acompanhando a movimentação e destinação dos recursos;

XII - estabelecer critérios e diretrizes quanto à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS;

XIII - elaborar o Regimento Interno do Conselho e suas normas de funcionamento;

XIV - estimular, apoiar ou promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde de interesse para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde;

XV - outras atribuições estabelecidas pela Lei Orgância da Saúde, pelo Conselho Nacional de Saúde ou pela Lei Orgância do Município.

ARTIGO 3º - O COMUS será composto de 12 (doze) membros titulares, denominados Conselheiros, e terá como órgãos o Plenário ou Colegiado Pleno, composto pela totalidade de seus membros e, uma Secretaria Executiva com assessoria técnica.

§ 1º - São cargos permanentes dentro do COMUS:

I - 01 (um) de Presidente;

II - 01 (um) de Vice-Presidente;

III - 01 (um) de Secretário Executivo.

§ 2º - Cada Conselheiro terá um suplente, excetuados aqueles que vierem ocupar os cargos referidos no parágrafo anterior.

§ 3º - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos dentre os membros do Conselho, em reunião plenária, na forma que dispuser o Regimento Interno.

§ 4º - A Secretaria Executiva, cuja direção caberá ao Secretário Executivo, livremente nomeado pelo Presidente dentre os demais Conselheiros, deverá acompanhar a execução das deliberações do Conselho e servir de apoio administrativo e de assistência técnica às suas atividades, além das demais atribuições estabelecidas regimentalmente.

ARTIGO 4º - O COMUS será composto com a seguinte representatividade:

I - do Governo Municipal:

a - 01 (um) representante do serviço de Saúde, gestor do programa de saúde do Município;

b - 01 (um) representante do setor de Finanças da Municipalidade;

II - dos prestadores de serviços de saúde:

a - 01 (um) representante das entidades filantrópicas prestadoras de serviços de saúde;

b - 01 (um) representante das entidades não filantrópicas prestadoras de serviços de saúde, participantes do SUS;

III - dos trabalhadores na área de saúde:

a - 01 (um) representante dos profissionais de saúde;

IV - 01 (um) representante das entidades representativas dos profissionais de saúde;

V - dos usuários:

a - 01 (um) representante das entidades congregadas de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais;

b - 01 (um) representante das entidades representativas dos empresários;

c - 03 (três) representantes dos conselhos comunitários, associações de moradores ou entidades equivalentes;

d - 01 (um) representante de associações de portadores de deficiências e de patologias.

§ 1º - O número de representantes de que trata o inciso V, do parágrafo anterior, não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do total dos membros do COMUS.

§ 2º - A indicação dos membros do Conselho é privativa das respectivas bases, entidades e segmentos sociais, devendo, contudo, ser formulada conjuntamente quando envolver mais de uma representação de categoria igual ou assemelhada.

§ 3º - Não poderão integrar como membro do COMUS pessoas que pertençam ao Poder Legislativo ou ao Poder Judiciário.

ARTIGO 5º - O COMUS reger-se-á pelas seguintes disposições no que se refere aos seus membros:

I - o exercício do cargo de Conselheiro não será remunerado, sendo considerado de relevância pública;

II - o mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, contados da data da nomeação, permitida a recondução uma única vez, à critério da respectiva representação;

III - os representantes do Governo Municipal, elencados nas alíneas "a" e "b", do inciso I, do artigo 4º, não terão mandato fixo, devendo permanecer como conselheiros enquanto mantida a sua designação por livre escolha do Prefeito, ou enquanto estiverem ocupando o respectivo cargo de confiança dentro da Administração Pública do Município;

IV - os Conselheiros titulares e seus suplentes, elencados nos incisos II a V, do artigo 4º, serão nomeados pelo Poder Executivo Municipal, após indicados, através de ato oficial e específico, pelos respectivos órgãos e entidades representativas, perdendo, contudo, automaticamente o referido cargo na hipótese de deixar de pertencer ao quadro do órgão ou entidade que o tenha indicado, independentemente de solicitação da mesma.

V - os membros do COMUS serão automaticamente destituídos caso faltem, sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, mesmo que substituído por seu respectivo suplente, bem assim nos demais casos previstos regimentalmente;

VI - os membros do COMUS poderão ser substituídos mediante solicitação da respectiva representação, formulada ao Presidente do Conselho, que a encaminhará ao Prefeito Municipal para a respectiva nomeação do substituto, que completará o restante do período do mandato.

ARTIGO 6º - A sede do COMUS será instalada nas dependências do prédio onde funciona o Serviço de Saúde do Município.

ARTIGO 7º - A Prefeitura Municipal fornecerá as condições materiais, bem como espaço físico, recursos humanos e financeiros para o pleno funcionamento do COMUS.

ARTIGO 8º - O COMUS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

(cont. Lei nº 2.386/97). -02-

I - o órgão de deliberação máxima é o Plenário;

II - a Secretaria Executiva é subordinada ao Plenário;

III - as reuniões ordinárias realizar-se-ão obrigatoriamente uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que necessário, na forma regimental, devendo em ambos os casos ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas pela imprensa;

IV - para a realização das reuniões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do COMUS, que deliberará pelo voto da maioria simples dos presentes;

V - cada membro do COMUS terá direito a um único voto nas deliberações;

VI - os suplentes terão direito a voz e não a voto, exceto quando estiverem substituindo seus titulares;

VII - o Presidente do COMUS só terá voto quando houver empate em qualquer votação do Plenário;

VIII- as decisões do COMUS serão consubstanciadas em resoluções e registradas em livro de atas;

ARTIGO 9º - Para melhor desempenho de suas funções o COMUS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do COMUS as entidades formadas de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais, bem como os usuários dos serviços de saúde, sem embargo de sua condição de membro;

II - poderão ser convidados pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o COMUS em assuntos específicos;

III - poderão ser criadas comissões internas constituídas por entidades-membros do COMUS e outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica expressamente vedada a utilização ou alocação de recursos financeiros repassados ao Sistema Único de Saúde do Município para pagamento de pessoal do COMUS, a que título for, ainda que decorrentes da prestação de serviços de assessoramento especializado.

ARTIGO 10 - As resoluções do COMUS, bem como os temas tratados em Plenário, reuniões e comissões, deverão ser amplamente divulgadas.

ARTIGO 11 - Os atos normativos do COMUS que importarem na adoção de medidas administrativas deverão ser homologados pelo Chefe do Poder Executivo, podendo esta atribuição ser delegada, por decreto, ao responsável pelo Serviço de Saúde no âmbito do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os membros do COMUS poderão ser destituídos por ato do Chefe do Poder Executivo, na hipótese de serem contrariados ou burlados os objetivos e as normas estabelecidas na presente lei, bem como a qualquer disposição encerrada na Seção I, do Capítulo I, do Título IV, da Lei Orgância do Município.

ARTIGO 12 - O COMUS deverá ser instalado imediatamente após a nomeação dos conselheiros, cuja indicação deverá ser feita pelas diversas representações elencadas no artigo 4º, desta lei.

ARTIGO 13 - O COMUS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da nomeação de seus membros, submetendo à deliberação do Plenário, que o aprovará pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

PARÁGRAFO ÚNICO - Qualquer modificação ou adaptação posterior do Regimento Interno somente poderá ser feita desde que observada a exigência estabelecida no "caput" deste artigo, sob pena de nulidade absoluta do ato resultante.

ARTIGO 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 07 de maio de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 07 de maio de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

L E I Nº 2.387, DE 07 DE MAIO DE 1997.

"Dispõe sobre anistia de débitos e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Para o recebimento de débitos para com os cofres públicos, inscritos em dívida ativa, referentes aos exercícios de 1990 a 1996, fica o Executivo Municipal autorizado a recebê-los da seguinte maneira e condições:

a)- do dia 05 a 26 de maio de 1997, sem multa e juros de mora;
b)- do dia 27 de maio a 10 de junho de 1997, sem multa;
PARÁGRAFO ÚNICO - Estando ajuizada a dívida serão recebidas sem multas e juros, somente com a inclusão das despesas e acréscimos processuais.

ARTIGO 2º - Fica o Executivo Municipal também autorizado, além do recebimento junto a Tesouraria Municipal e Bancos autorizados, a deslocar servidores municipais credenciados, para arrecadação dos tributos devidos a Administração Municipal junto aos contribuintes residentes em bairros distantes da sede municipal.
PARÁGRAFO ÚNICO - Para cumprimento do que dispõe o artigo, fica o Executivo Municipal autorizado, através de decreto, a regulamentar a maneira de sua finalidade.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 07 de maio de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 07 de maio de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

L E I Nº 2.388, DE 22 DE MAIO DE 1997.

"Dá nova redação a inciso do artigo 82 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O inciso V do artigo 82 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 82 - ...

V - 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) aos preços dos serviços prestados nos ítens 12, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 30, 37, 40, 42, 52, 57, 64, 67, 83 e 84 da Lista de Serviços."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1997.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.365, de 18 de dezembro de 1996.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de maio de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de maio de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

L E I Nº 2.389, DE 22 DE MAIO DE 1997.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar ao crédito especial reaberto pelo Decreto Municipal nº 2.250, de 13 de fevereiro de 1997."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., um crédito adicional suplementar ao crédito especial reaberto pelo Decreto Municipal nº 2.250/97, da ordem de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

2.	GABINETE DO PREFEITO	
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	
13754282.14	Manutenção das Atividades dos Serviços da Seção de Pronto Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+) R$ 15.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(+) R$ 15.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(+) R$ 15.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária:

10.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
10.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	
15824922.67	Pagamento de Encargos Sociais.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-) R$ 15.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-) R$ 15.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(-) R$ 15.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....	(-) R$ 15.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de maio de 1997.

Mário Carneiro Leão

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de maio de 1997.

Armando Iori

Secretário Municipal

L E I Nº 2.390, DE 22 DE MAIO DE 1997.

"Dispõe sobre composição, organização e competência do Conselho Municipal de Cultura."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Conselho Municipal de Cultura será integrado por (7) sete membros, sendo 04 (quatro) indicados pelo Chefe do Poder Executivo e 03 (três) pelo Poder Legislativo.

§ 1º - O membro do Conselho Municipal de Cultura deverá ser cidadão radicado em Tremembé, e, de preferência, que tenha formação profissional em nível superior ou com atividade cultural e artística devidamente comprovada.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Cultura se extinguirá com o termino da Administração em que forem indicados, podendo há qualquer tempo ocorrer substituição de um de seus membros.

§ 3º - O serviço prestado pelos membros do Conselho Municipal de Cultura não será remunerado, sendo considerado como de natureza relevante à municipalidade.

ARTIGO 2º - O Conselho Municipal de Cultura será composto por Presidente, Vice-Presidente, Secretário e 04 (quatro) Membros Auxiliares.

Parágrafo Único - O presidente, o Vice-Presidente e o Secretário serão eleitos pelos membros do referido Conselho.

ARTIGO 3º - Caberá ao Conselho Municipal de Cultura a superintendência de todas as realizações de caráter cultural ou artístico da municipalidade.

ARTIGO 4º - O Conselho Municipal de Cultura reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses, e promoverá, ao final de cada ano, a Conferência Municipal de Cultura.

ARTIGO 5º - Fica estabelecido o prazo de 120 (cento e vinte) dias para a elaboração do Regimento Interno do referido Conselho.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 22 de maio de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de maio de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

LEI Nº 2.391, DE 11 DE JUNHO DE 1997.

"Dispõe sobre nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 2.387, de 07 de maio de 1997."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 1º, da Lei Municipal nº 2.387, de 07 de maio de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - Para o recebimento de débitos junto aos cofres públicos municipais, inscritos em dívida ativa, referentes aos exercícios de 1983 a 1996, se quitados em sua totalidade, fica o Executivo Municipal autorizado a recebê-los da seguinte maneira e condições:

a)- do dia 07 de maio a 15 de julho de 1997, sem multa e juros de mora; e

b)- do dia 16 de julho a 31 de julho, sem multa."

PARÁGRAFO ÚNICO - Estando ajuizados os débitos, as despesas judiciais incidirão sobre o valor dos mesmos atualizados.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de maio de 1997.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de junho de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de junho de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

LEI Nº 2.392, DE 18 DE JUNHO DE 1997.

"Dispõe sobre nova redação ao parágrafo único, do artigo 101, da Lei Municipal nº 1.990, de 05 de julho de 1991, acrescido através da Lei Municipal nº 2.273, de 17 de julho de 1995."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O parágrafo único, do artigo 101, da Lei Municipal nº 1.990, de 05 de julho de 1991, acréscido através da Lei Municipal nº 2.273, de 17 de julho de 1995, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 101 - ...

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica a Administração Municipal autorizada a receber, a título de doação, para colocação em residências e logradouros públicos, placas, confeccionadas de acordo com o padrão determinado pela Prefeitura, com denominação de Vias Públicas, podendo conter inscrições que permitam, somente, a identificação do doador."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 1997.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 18 de junho de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 18 de junho de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

LEI Nº 2.393, DE 18 DE JUNHO DE 1997.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, objetivando a execução do Programa Campo/Cidade-Leite.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a que se refere o presente artigo deverá ser firmado nos termos da minuta anexa, que rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 18 de junho de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 18 de junho de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

MINUTA

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Município de Tremembé, objetivando a execução do Programa Campo/Cidade-Leite.

Aos de de 199 , o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, neste ato representada pelo seu Titular FRANCISCO GRAZIANO NETO, devidamente autorizado, no termos do Decreto n. 41.612, de 07 de março de 1997, doravante denominada SECRETARIA, e o Município de Tremembé aqui representado pelo Prefeito Municipal MÁRIO CARNEIRO LEÃO, devidamente autorizado pela Lei Municipal n. de de de 1997, ora designado simplesmente MUNICÍPIO, resolvem celebrar o presente Convênio para os fins e mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente Convênio tem por objetivo a conjugação de esforços entre os partícipes para a execução do Programa Campo/Cidade-Leite, no Município de Tremembé, mediante a distribuição gratuita de leite para crianças de 6 (seis) meses até 6 (seis) anos de idade, com observância das regras de prioridade e preferência estabelecidas no Programa Campo/Cidade-Leite.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES

I - Constituem obrigações comuns:

a)- colaborar, acompanhar, supervisionar, avaliar e divulgar a implantação e o desenvolvimento das ações decorrentes do presente Convênio;

b)- fazer menção ao presente Convênio sempre que for divulgado o andamento ou os resultados dos trabalhos nele previstos;

c)- assegurar o cumprimento dos termos e disposições do Decreto n. 41.612, de 07 de março de 1997, e das normas estabelecidas por Resolução do Secretário de Agricultura e Abastecimento;

d)- assegurar o cumprimento dos termos e disposições legais em vigor, atinentes à espécie, notadamente, a Lei Estadual n. 6.544-89 e a Lei Federal n. 8.666-93, alterada pela Lei Federal n. 8.883-94;

e)- participar da Comissão Municipal responsável pela execução do Convênio, composta de 1 (um) representante de cada partícipe e 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

II - Constituem obrigações da SECRETARIA:
a)- entregar ao Município, através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, diariamente, a quota de "115" litros de leite, perfazendo um total mensal de "3450" litros leite;
b)- proceder à supervisão e à fiscalização, através da Coordenadoria de Abastecimento, do fornecimento do leite ao MUNICÍPIO, conforme os termos deste Convênio e o contrato, assinado entre a SECRETARIA e a empresa fornecedora do produto;
c)- proceder a avalições periódicas do Convênio.

III - Constituem obrigações do Município:
a)- realizar o cadastramento das crianças a serem beneficiadas pelo Programa Campo/Cidade-Leite, residente no território municipal, que preencham as condições estabelecidas no Decreto n. 41.612, de 07 de março de 1997 e na Resolução n. ;
b)- efetuar o controle mensal das crianças beneficiárias, atualizando o cadastro quanto as rendimento familiar e a idade das crianaçs e zelando pela destinação do reforço nutricional;
c)- definir o órgão do Município que responderá pelo Programa, indicar, por escrito, o seu responsável e os locais adequados para a sua instalação e funcionamento;
d)- distribuir a quota de litros de leite recebida para as crianças cadastradas, obedecendo as regras de prioridade e preferências estabelecidas no Programa Campo/Cidade-Leite fixadas no Decreto n. 41.612, de 07 de março de 1997;
e)- permitir a verificação, pela SECRETARIA, de toda a operação de distribuição, bem como das fichas cadastrais e documentos comprobatórios;
f)- afixar, nos locais de cadastramento e distribuição, a lista dos beneficiários, os critérios e horários estebelecidos para a entrega do leite;
g)- apresentar relatório mensal sobre o desenvolvimento do Programa, conforme modelo instituído pela Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por desinteresse consensual ou unilateral, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, bem como rescindido por descumprimento das obrigações assumidas ou por infração legal.

CLÁUSULA QUARTA
DO VALOR

O valor do presente Convênio corresponde às despesas ordinárias alocadas no orçamento-programa de cada partícipe, atinentes a gastos com pessoal e material de consumo.

CLÁUSULA QUINTA
DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Convênio é de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, prorrogável, mediante aditamentos, por períodos iguais e sucessivos, até 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SEXTA
DO FORO

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo para dirimir as dúvidas decorrentes da execução do presente Covênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente Convênio em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, na presença das testemunhas abaixo.

FRANCISCO GRAZIANO NETO
Secretário de Agricultura e Abastecimento

MÁRIO CARNEIRO LEÃO
Prefeito Municipal

Testemunhas:

1. Nome: _____
   RG: _____

2. Nome: _____
   RG: _____

LEI Nº 2.394, DE 18 DE JUNHO DE 1997.

"Dispõe sobre nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal nº 2.347, de 11 de setembro de 1991."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Artigo 1º, da Lei Municipal nº 2.347, de 11 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 1º - Fica constituída a estrutura de alimentação ao escolar, que será composta da Seção de Merenda Escolar, diretamente subordinada a Assessoria de Educação e Cultura."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 1997.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 18 de junho de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 18 de junho de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

L E I Nº 2.395, DE 03 DE JULHO DE 1997.

"Dispõe sobre as atribuições e as competências do Conselho Municipal de Educação."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Conselho Municipal de Educação, criado através do artigo 176 da Lei Orgânica do Município de Tremembé, terá suas atribuições e competências definidas na presente lei.

ARTIGO 2º - O Conselho Municipal de Educação será composto por 19 (dezenove) membros titulares, com atuação no Município, a saber:

a) 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, ligado à Assessoria de Educação e Cultura;
b) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;
c) 01 (um) representante dos diretores do ensino fundamental estadual;
d) 01 (um) representante dos diretores do ensino médio estadual;
e) 01 (um) representante dos diretores do ensino fundamental municipal;
f) 01 (um) representante dos diretores da educação infantil municipal;
g) 01 (um) representante dos professores do ensino fundamental estadual;
h) 01 (um) representante dos professores do ensino médio estadual;
i) 01 (um) representante dos professores do ensino fundamental municipal;
j) 01 (um) representante dos professores da educação infantil municipal;
l) 01 (um) representante dos pais de alunos do ensino fundamental estadual;
m) 01 (um) representante dos pais de alunos do ensino médio estadual;
n) 01 (um) representante dos pais de alunos do ensino fundamental municipal;
o) 01 (um) representante dos pais de alunos da educação infantil municipal;

p) 01 (um) representante dos servidores do ensino fundamental estadual;
q) 01 (um) representante dos servidores do ensino médio estadual;
r) 01 (um) representante dos servidores do ensino fundamental municipal;
s) 01 (um) representante dos servidores do ensino médio municipal;
t) 01 (um) representante dos Psicólogos do ensino fundamental municipal.

§ 1º - Cada uma das instituições relacionadas no caput deste artigo deverá indicar, também, um membro suplente.

§ 2º - As instituições terão prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação desta lei, para indicarem seus representantes ao Executivo Municipal, sendo que, findo este prazo sem que a indicação tenha sido feita, competirá ao Prefeito Municipal fazê-la de seu livre arbitrio.

§ 3º - Os membros do Conselho Municipal de Educação serão nomeados por Decreto Executivo, após indicação das respectivas instituições às quais os mesmos são ligados, podendo ser substituídos a qualquer tempo se houver cessação do vínculo com a instituição que os indicaram.

§ 4º - Os membros titulares do Conselho Municipal de Educação, bem como os seus respectivos suplentes, exercerão mandato de 2 (dois) anos, sendo vedada a recondução dos mesmos para um mandato subsequente.

§ 5º - Os membros suplentes substituirão interinamente os titulares do Conselho nas suas ausências e nos seus afastamentos temporários e, de forma definitiva no caso de vacância, sendo que neste último caso, a instituição que o indicou fará nova indicação de membro suplente para o restante do mandato.

§ 6º - O Prefeito Municipal, dentro de 30 (trinta) dias da data da publicação desta lei, nomeará os membros do Conselho Municipal da Educação e lhes dará posse no mesmo prazo.

§ 7º - No mesmo ato, sob a presidência do mais idoso dos seus membros, o Conselho Municipal de Educação escolherá 3 (três) de seus integrantes para comporem lista tríplice que indicará os candidatos a Presidente e a Vice Presidente do mesmo, a ser submetida dentro de 24 (vinte e quatro) horas ao Prefeito Municipal.

§ 8º - O Prefeito Municipal, de posse da lista tríplice, terá 7 (sete) dias para nomear um dos seus componentes como Presidente e outro como Vice Presidente do Conselho Municipal de Educação.

ARTIGO 3º - No âmbito das questões relativas à educação, o Conselho Municipal de Educação deverá prestar assessoramento ao Executivo Municipal, bem como atingir as seguintes metas:

I - formular a política educacional do Município;

II - promover e realizar estudos sobre a organização do ensino municipal, adotando e propondo medidas que visem a sua expansão e o seu aperfeiçoamento;

III - gerir fundo municipal, fixando critérios de utilização e alocando recursos para os programas;

IV - exercer fiscalização sobre as atividades referentes à assistência social escolar, estimulando-as de forma que as mesmas se aprimorem e se adequem às necessidades básicas e reais;

V - exercer fiscalização e sugerir medidas que digam respeito à organização e ao funcionamento da rede municipal pública e particular de ensino da pré-escola, inclusive sobre instalações de novas unidades escolares;

VI - emitir pareceres sobre assuntos de ordem educativa e pedagógica que lhes forem submetidos;

VII - promover seminários e congressos de professores para debaterem sobre assuntos pertinentes ao ensino, na área de atuação do Município;

VIII - promover correições, através de comissões especiais criadas pelo próprio Conselho Municipal de Educação, em qualquer estabelecimento de ensino da rede pública ou privada, de pré-escola, visando o fiel cumprimento da legislação.

IX - manter intercâmbio com outros Municípios, com os governos Estadual e Federal e com entidades estrangeiras, visando o aprimoramento do ensino;

X - promover trabalhos em cooperação com outros órgãos da administração pública e da sociedade civil, visando o equacionamento dos problemas gerais e específicos da área da educação e do ensino;

XI - acolher, dar seguimento e acompanhamento às representações que venha receber;

XII - propor modificações nas estruturas das secretarias e órgãos ligados à educação em âmbito municipal, se necessário;

XIII - propor ao Chefe do Poder Executivo o estabelecimento de convênios que visem a melhoria do ensino;

XIV - promover, anualmente, o censo escolar.

ARTIGO 4º - Ao Conselho Municipal de Educação, caberão as seguintes atribuições:

I - elaborar seu regimento interno no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação do Decreto Executivo de nomeação dos seus membros;

II - participar da elaboração das diretrizes orçamentárias e do orçamento municipal, assim como do plano diretor no que concerne à educação;

III - participar e fiscalizar o acompanhamento de execução das despesas com o ensino no Município, seja a nível municipal, seja a nível estadual;

IV - analisar as necessidades de construção, reforma e ampliação de prédios escolares no Município e encaminhar ao Chefe do Poder Executivo, bem como às autoridades estaduais e federais do ensino, as carências do Município;

V - acompanhar e fiscalizar as licitações públicas relacionadas ao ensino, assim como analisar aditamentos e fiscalizar execuções de obras;

VI - acompanhar e fiscalizar o processo de autorização de funcionamento das escolas da rede de ensino privada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além das atribuições elencadas neste artigo, caberão, ainda, ao Conselho Municipal de Educação, as atribuições que lhe vierem a ser delegadas pelo Conselho Estadual de Educação, nos termos da legislação pertinente.

ARTIGO 5º - Os membros do Conselho Municipal de Educação não terão qualquer tipo de remuneração pelo exercício de suas funções, sendo estas consideradas de relevantes serviços prestados à população.

ARTIGO 6º - O Conselho Municipal de Educação manterá uma Secretaria Geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, utilizando instalação e funcionários do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, requisitados, afastados especialmente para esse fim.

ARTIGO 7º - O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, quantas vezes se fizerem necessárias.

ARTIGO 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de julho de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de julho de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

L E I Nº 2.396, DE 03 DE JULHO DE 1997.

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério."

MÁRIO CARNEIRO LEÃO, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério do Município de Tremembé, de acordo com o estabelecido nos artigos 1º e 4º da Lei Federal nº 924, de 24/12/96.

ARTIGO 2º - O Conselho de que trata esta lei será constituído por 5 (cinco) membros, a saber:

a) 01 (um) representante do Poder Executivo, ligado à Assessoria de Educação e Cultura;
b) 01 (um) representante dos professores e dos diretores das escolas públicas do ensino fundamental;
c) 01 (um) representante de pais de alunos do ensino fundamental;
d) 01 (um) representante dos servidores das escolas públicas do ensino fundamental;
e) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação:

§ 1º - Os membros do Conselho de que trata este lei serão indicados por seus pares ao Chefe do Poder Executivo, que os designará para exercer suas funções.

§ 2º - O mandato dos membros deste Conselho será de 2 (dois) anos, sendo vedada a recondução para o mandato subsequente.

§ 3º - As funções dos membros deste Conselho não serão remuneradas, sendo as mesmas consideradas de relevantes serviços prestados à população.

ARTIGO 3º - Compete ao Conselho:

I - acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II - supervisionar a realização do Censo Educacional Anual;
III - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo.

ARTIGO 4º - As reuniões ordinárias do Conselho de que trata esta lei serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária através de comunicação escrita, por qualquer de seus membros, ou pelo Chefe do Poder Executivo.

ARTIGO 5º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, terá plena autonomia em suas decisões.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de julho de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de julho de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

L E I Nº 2.397, DE 03 DE JULHO DE 1997.

"Dispõe sobre alterações de dispositivos constantes da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os incisos II e III, dos artigos 38 e 102 respectivamente; a alínea "d" do § 4º do artigo 140; os incisos IV dos artigos 189, 200 e inciso IV do § 5º, do artigo 234, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações, passam a vigorar com as seguintes redações:

"ARTIGO 38 - .....
I - ....
II - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, por atraso sobre o valor atualizado do débito, limitado a 15% (quinze por cento)."

"ARTIGO 102 - .....
II - .....
III - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, por atraso, sobre o valor atualizado do débito, limitado a 15% (quinze por cento)."

"ARTIGO 140 - .....
§ 4º - .....
c - .....
d - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, por atraso, sobre o valor atualizado do débito, limitado a 15% (quinze por cento)."

"ARTIGO 189 - .....
III - .....

IV - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, por atraso, sobre o valor atualizado do débito, limitado a 15% (quinze por cento)."

"ARTIGO 200 - .....

III - .....

IV - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, por atraso, sobre o valor atualizado do débito, limitado a 15% (quinze por cento)."

"ARTIGO 234 - .....

§ 5º - .....

III - .....

IV - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, por atraso, sobre o valor atualizado do débito, limitado a 15% (quinze por cento)."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de março de 1997, permanecendo em vigor os dispositivos da legislação anterior.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de julho de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de julho de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

L E I Nº 2.398, DE 30 DE JULHO DE 1997.

"Autoriza o Poder Executivo a firmar acordo de parcelamento de dívida para com o FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo de parcelamento de seus débitos junto ao FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, de seus servidores, com base na Resolução RCC nº 262/97, de 24 de junho de 1997, referente ao período de 05/95 à 07/97, no valor de R$ 771.576,84 (SETECENTOS E SETENTA E UM MIL, QUINHENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), assim discriminado:

05/95.....R$ 2.059,34
06/95.....R$ 23.035,57
07/95.....R$ 25.290,21
08/95.....R$ 26.150,87
09/95.....R$ 26.681,27
10/95.....R$ 25.832,72
11/95.....R$ 24.424,22
12/95.....R$ 47.776,06

01/96.....R$ 25.805,30
02/96.....R$ 26.415,45
03/96.....R$ 27.462,91
04/96.....R$ 27.959,76
05/96.....R$ 29.885,04
06/96.....R$ 31.372,79
07/96.....R$ 35.770,26
08/96.....R$ 33.759,24
09/96.....R$ 29.566,59
10/96.....R$ 33.606,60
11/96.....R$ 34.069,34

12/96.....R$ 53.950,20

01/97.....R$ 28.691,61
02/97.....R$ 27.615,91
03/97.....R$ 27.849,73
04/97.....R$ 24.691,55
05/97.....R$ 23.439,43
06/97.....R$ 24.014,22
07/97.....R$ 24.405,65

ARTIGO 2º - O presente acordo de parcelamento poderá ser quitado em até 180 (cento e oitenta) meses, conforme prevê a Resolução RCC nº 262, de 24 de junho de 1997, do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo consignará nos Orçamentos Anual e Plurianual de Investimentos do município, durante o prazo necessário, dotações para o cumprimento das obrigações do débito objeto do presente parcelamento, bem como, para quitação das contribuições normais devidas.

ARTIGO 4º - As despesas por conta desta Lei, no presente exercício, onerarão dotações próprias constantes do Orçamento Fiscal vigente.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de julho de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de julho de 1997.

Armando Iori
Secretário Municipal

LEI Nº 2.399, DE 21 DE AGOSTO DE 1997.

"Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município da Estância Turística de Tremembé para o período de 1998 a 2001."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, para o período de 1998 a 2001, constituído pelos Anexos constantes desta Lei, será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e do Orçamento anual.

ARTIGO 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária, com indicação da fonte de recursos.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício.

ARTIGO 4º - Fica expressamente vedada a terceirização de serviços públicos no âmbito do Município, ressalvadas as hipóteses de obtenção de prévia autorização legislativa, nos termos da Lei Orgânica do Município.

ARTIGO 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de agosto de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de agosto de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

12 — CEP 12.120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE : 1998 / 1999 / 2.000 / 2.001 . ANEXO I

P R O G R A M A S	O B J E T I V O S
01 - PROCESSO LEGISLTATIVO 01.01 - Reforma e ampliações do prédio da Câmara Municipal. 01.02 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes.	Melhorar as condições de funcionalidade do prédio onde se situa o Legislativo Municipal. Dotar as Unidades da Câmara Municipal de Equipamentos no sentido de oferecer melhores condições de trabalho no Legislativo.
07 - ADMINISTRAÇÃO 07.01 - Edificação da Praça dos Três Poderes.	Edificar a Praça dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em local apropriado, com o intuito de garantir aos munícipes melhor atendimento, com desenvolvimento Urbano de uma nova área.
07.02 - Adquirir Equipamentos e Materiais Permanentes.	Equipar as Unidades da Administração Municipal no seu todo de Equipamentos e Materiais Permanentes.
07.03 - Reorganizar Administrativamente o funcionamento do Poder Executivo.	Dotar a Administração Municipal de uma Prestação de Serviços mais eficiente, garantindo a população melhor atendimento.
07.04 - Elaboração de um Novo Plano Diretor.	Disciplinar o uso e ocupação do solo urbano e ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade - Artigo 182 da C.F.

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE : 1998 / 1999 / 2000 / 2001 . ANEXO I

PROGRAMAS	OBJETIVOS
07.05 - Desapropriações.	Efetuar desapropriações de áreas improdutivas para investimentos nas áreas de transportes, educação, saúde, social e engenharia.
07.06 - Programa de Qualidade Total.	Implantação de Programa de Qualidade Total nas diversas áreas da Administração Municipal, com o intuito de resgatar a credibilidade do Serviço Público Municipal, fazendo-se com isso justiça aos recursos arrecadados dos munícipes.
07.07 - Implementação de Tercerização de Empresa especializada em Mineração.	Implementar a Tercerização na área de fiscalização de exploração de areia de cava e de rio, no intuito de evitar a degradação ecológica, bem como evitar a evasão de receitas municipais que a Administração Municipal muito requer.
07.08 - Implementação de Tercerização de Empresa de Prestação de Serviços de Limpeza.	Contratação de Empresas especializada em serviços de limpeza de prédios públicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE : 1998 / 1999 / 2000 / 2001 . ANEXO I

PROGRAMAS	OBJETIVOS
07.09 - Término da Reforma do Prédio onde se acha instalado o Mercado Municipal.	Concluir a reforma do prédio onde se acha instalado o mercado municipal.
07.10 - Precatórias.	Pagamento de Precatórias Judiciais.
07.11 - Implantação de Centro de Processamento de Dados (CPD).	Implantação e/ou Ampliação de Centro de Informatização nos Sistemas Administrativos, Saúde, Educação, Cultura, Esportes e Lazer, Fundo Social, Engenharia e demais Unidades Administrativas, objetivando a modernização e agilização dos serviços prestados a comunidade.
08 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
08.01 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes.	Adquirir Equipamentos e Materiais Permanentes para as Unidades da Área Financeira.
08.02 - Pagamento de Despesas de Exercícios anteriores.	Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores.
08.03 - Pagamento de Juros de Dívida Contratada.	Pagamento de Juros da Dívida Contratada.

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE : 1998 / 1999 / 2000 / 2001 . ANEXO I

P R O G R A M A S	O B J E T I V O S
08.04 - Pagamento de amortização da Dívida Fundada.	Pagamento de Dívida Contratada-diversas.
09 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL 09.01 - Contribuição ao CODIVAP	Efetuar Contribuições anuais ao CODIVAP
13 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA 13.01 - Consolidação da Reforma Agrária.	Urbanizar as áreas ocupadas por agricultores, através de obtenção de recursos junto ao Governo Federal, objetivando oferecer condições e suporte para fixação do agricultor nas áreas. Adquirir implementos agrícolas através de financiamentos e/ou Convênios junto as Instituições Financeiras e Secretarias de Estado do Governo.
16 - ABASTECIMENTO 16.01 - Incentivo a Produção-Hortifruti granjeiros.	Oferecer condições de comercialização de produtos fabricados artesanalmente por pessoas físicas ou microempresas.
16.02 - Incremento à produção de hortifrutigranjeiros.	Baixar o custo da alimentação através do aumento da produção de frutas, verduras e animais de pequeno porte.

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE : 1998 / 1999 / 2000 / 2001 . ANEXO I

P R O G R A M A S	O B J E T I V O S
16.03 - Cooperativa para os servidores municipais e/ou efetuar Convênios com estabelecimentos comerciais.	Oferecer melhores condições para os servidores adquirirem bens de consumo, através de incentivo a formação de cooperativas e micro-empresas agro-industrial, bem como através de convênios.
30 - SEGURANÇA	
30.01 - Tercerização da Segurança-Prédios.	Tercerizar os serviços de Segurança dos Prédios Municipais.
30.02 - Instalação de Postos Avançados de Emergência.	Instalar Postos Avançados de Emergências nas Associações de Bairros ou em Centros de Lazer em Convênios com a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Militar do Estado de São Paulo), com o objetivo de dar melhor segurança à população dos Bairros.
30.03 - Aplicar a Lei que instituiu a Zona de Estacionamento.	Disciplinar o tráfego na zona central da cidade, no sentido de descongestionar o trânsito.
41 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
41.01 - Construções e/ou Adaptações de Creches.	Implantação de Creches Municipais nos Bairros através de construções em áreas doadas pela Administração Municipal, cuja manutenção será através das Associações de Bairros e/ou Empresas Particulares.
41.02 - Construção da Sede da Educação.	Construir a Sede da Educação.

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE : 1998 / 1999 / 2000 / 2001 . ANEXO I

P R O G R A M A S	O B J E T I V O S
41.03 - Construção e/ou Adequação de Salas de Aulas p/ o Ensino de Educação Infantil.	Oferecer a população infantil melhores condições educacional, médica e alimentar.
41.04 - Construção e/ou Reforma e/ou Adequação de Prédio p/ a Implantação de um Centro cultural (Museu)	Construção e/ou Reforma e/ou Adequação de Prédios para a Implantação de Centro Cultural (Museu).
42 - ENSINO FUNDAMENTAL	
42.01 - Construção e/ou Adaptação de Salas de Aulas p/ o Ensino de Educação Fundamental.	Construção e/ou Adaptação de Salas de Aulas para o desenvolvimento do Ensino Fundamental.
42.02 - Reforma e/ou Adequações de Próprios Municipais.	Oferecer melhores condições de estudo às crianças em idade escolar, reformando e/ou adaptando Prédios Escolares já existentes.
42.03 - Tercerização da Merenda Escolar.	Promover a Terecerização da Merenda Escolar
44 - ENSINO SUPERIOR	
44.01 - Bolsas de Estudo.	Pagamento de Bolsas de Estudo a servidores municipais que cursam o Ensino Superior - Amparo em Legislação Pertigente.
46 - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE : 1998 / 1999 / 2000 / 2001 . ANEXO I

P R O G R A M A S	O B J E T I V O S
46.01 - Complementação da Obra de Centro de Lazer do Trabalhador.	Concluir o Centro de Lazer do Trabalhador localizado no Bairro Jardim dos Eucaliptos, denominado " João Batista do Nascimento Lima" Oferecer à população em geral condições de lazer e recreação.
46.02 - Construção de Parques Recreativos.	
46.03 - Construção de Quadras Poliesportivas.	Oferecer à população em geral condições de lazer e recereação.
46.04 - Manutenção e Reforma de quadras-poliesportivas já existentes.	Manutenção e Reforma de Quadras Poliesportivas já existentes.
48 - CULTURA	
48.01 - Construção de Biblioteca Municipal e/ou adequação e reforma da já existente.	Oferecer melhores condições para o desenvolvimento cultural e social da população estudantil.
48.02 - Promover Seminários de estudo do Patrimônio Histórico , Artistíco e Cultural do Municipio.	Dotar o Município de acêrvo histórico cultural sobre sua origem, tradição cultural e história de seu desenvolvimento.
57 - HABITAÇÃO	
57.01 - Construção de casas populares - através de convêncios com institui	diminuir o déficit habitacional do município através de construção de casas populares , por Programs do Governo Federal.

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE : 1998 / 1999 / 2000 / 2001 . ANEXO I

PROGRAMAS	OBJETIVOS
58 - URBANISMO	
58.01 - Pavimentação de diveras ruas da cidade.	melhorar e modernizar o aspecto visual da cidade.
58.02 - Aquisição de máquinas e equipamentos leves e pesados.	Dotar a frota municipal de novos equipamentos e máquinas leves e pesados para melhor desempenho operacional das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal.
58.03 - Construção de muros e passeios de particulares.	Melhorar o aspéctos visual da cidade, através de construção de muros e terrenos, cobrando dos seus proprietários os custos devidos.
58.04 - Construção de Abrigos.	Melhorar as condições de abrigo dos usuários de transporte coletivo.
58.05 - Construção, reparação e conservação de muros e paseios em próprios municipais.	construir, reparar e conservar os muros e passeios de próprios municipais
58.06 - Abertura e pavimentação de avenidas, ruas e vielas.	abrir novas avenidas, ruas e vielas na zona urbana com o intuíto de melhorar o acesso de veículos e transeuntes.
60 - SERVIÇOS DE ÚTILIDADE PÚBLICA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE : 1998 / 1999 / 2000 / 2001 . ANEXO I

P R O G R A M A S	O B J E T I V O S
60.01 - Criação de Viveiro de Plantas.	Construir Viveiro de Plantas.
60.02 - Implementação da Tercerização da Coleta de Lixo Domiciliar e Conservação e Limpeza de ruas da cidade.	Reduzir o custo operacional da Administração Municipal e melhoria dos serviços prestados na área de limpeza e conservação de ruas da cidade.
60.03 - Iluminação Pública.	Ampliação e melhorias da rede de iluminação pública de ruas e logradouros públicos da cidade.
60.04 - Aterro Sanitários.	Construção de Aterro Sanitários.
60.05 - Aquisição de carros fúnebre e ambulância.	Oferecer melhor assistência a população através do serviço Funerário.
60.06 - Arquibancadas pré-moldados em estrutura metálica para atender as Festividades.	Aquisição de arquibancadas pré-moldados.
60.07 - Reforma e construção de Praças.	Oferecer a população condições de lazer.
60.08 - Reforma do cemitério municipal e/	Reforma do cemitério municipal e/ou implementação de um novo.
62 - INDÚSTRIA	

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE : 1998 / 1999 / 2000 / 2001 . ANEXO I

PROGRAMAS	OBJETIVOS
62.01 - Instalação de Distrito Industrial (Aquisição de área - Serviços de Infra-Estrutura e Urbanização - Marketing - Oferecer Incentivos Fiscais).	Permitir o desenvolvimento do Município, oferecendo novas oportunidades de trabalho à população.
65 - TURISMO	
65.01 - Incentivo à Instalação de Empreendimentos Turísticos no Município. (Aquisição da Área - Serviços de Infra-Estrutura e Urbanização - Marketing - Oferecer Incentivos Fiscais).	Permitir a instalação de Empreendimentos Turísticos no Município.
75 - SAÚDE	
75.01 - Construção de Unidades Básicas Saúde-Posto de Atendimento Médico. PAM.	Construir Unidades Básicas de Saúde através de Convênios com o Governo Federal e/ou Estadual.
75.02 - Tercerização dos Serviços de Saúde	Tercerizar os Serviços de Saúde prestados aos munícipes.
76 - SANEAMENTO	

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE : 1998/ 1999/ 2000/ 20001. ANEXO I

PROGRAMAS	OBJETIVOS
76.01 - Construção de Galerias de Águas Pluviais e Canalização e Retificação de Córregos.	Eliminar as bacias que provocam acúmulo das águas e demais drenagem necessárias ao saneamento de diversos córregos.
76.02 - Construção de Sanitários Públicos Pré-Fabricados/Móveis para o período das Festividades	Construir Sanitários públicos pré-fabricados.
77 - PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	
77.01 - Defesa contra a Erosão.	Disciplinar a extração de minérios (areia) no Município, objetivando minimizar a degradação ecológica, evitando-se com isto o rebaixamento do lençol freático, estimulando-se também a volta as culturas tradicionais de várzeas.
81 - ASSISTÊNCIA	
81.01 - Assistência Social Geral.	Pagamento de Salário-Familia.
81.02 - Assistência Comunitária.	Subvenções as Instituições e / ou Entidades Assistênciais.
82 - PREVIDÊNCIA	
82.01 - Previdência Social a Segurados.	Pagamento de Encargos Sociais.
82.02 - Previdência Social a Inativos e	

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE : 1998 / 1999 / 2000 / 2001 . ANEXO I

PROGRAMAS	OBJETIVOS
Pensionistas.	Pagamento de Inativos e Pensionistas.
84 PASEP	
84.01 - Previdência Social ao Servidor.	Pagamento ao PASEP.
88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
88.01 - Pavimentação de estradas vicinais e/ou abertura de estradas.	Oferecer condições satisfatórias para o escoamento da produção rural.
88.02 - Construção de pontes em estradas rurais e recuperação da cabeceiras de pontes que interligam a zona urbana com a rural.	Melhorar as condições de tráfego nas estradas vicinais que a zona rural e a urbana ou da urbana a rural.
88.03 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos leves e pesados, de porte leve e médio.	Dotar a frota municipal de veículos de Máquinas e Equipamentos Leves e pesados, bem como a aquisição de veículos de porte leve e médio.
88.04 - Construção de muro-de-arrimo	construir muro-de-arrimo em áreas públicas.
91 - TRANSPORTE URBANO	
91.01 - Implantação e adequação de sinalização viária.	Sinalizar as vias urbanas com o objetivo de garantir aos municipes a segurança devida.

LEI Nº 2.400, DE 28 DE AGOSTO DE 1997.

"Altera a redação e suprime dispositivos da Lei Municipal nº 2.395, de 03 de julho de 1997."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A alínea "s" do artigo 2º, da Lei Municipal nº 2.395, de 03 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 2º - .....

s - 01 (um) representante dos servidores do ensino de educação infantil municipal."

ARTIGO 2º - Fica suprimida a alínea "t" do artigo 2º, da Lei Municipal nº 2.395, de 03 de julho de 1997.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 28 de agosto de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 28 de agosto de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.401, DE 19 DE SETEMBRO DE 1997.

"Dá nova redação ao artigo 9º da Lei Municipal nº 2.384, de 15 de abril de 1997."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 9º da Lei Municipal nº 2.384, de 15 de abril de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 9º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei, até a data de 30 de novembro de 1997."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de abril de 1997.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de setembro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de setembro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.402, DE 19 DE SETEMBRO DE 1997.

"Dispõe sobre instalação de ATELIERS de artistas plásticos e artesãos em residências ou pontos comerciais e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a permitir a instalação de Ateliers de artistas plásticos e artesãos em residências ou pontos comerciais, com o objetivo básico de difundir e comercializar as obras de arte e artesanato dos artigos produzidos por artistas tremembeenses e da região, além da expansão cultural e entretenimento à população.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os trabalhos a serem expostos serão exclusivamente artesanais, proibida terminantemente a exposição de trabalhos industrializados, sob qualquer pretexto e/ou a qualquer título.

ARTIGO 2º - A licença para os Ateliers será concedida pelo prazo de 1 (hum) ano, devendo ser renovada à época do seu respectivo vencimento, sendo a mesma pessoal e intransferível.

ARTIGO 3º - Para a obtenção do respectivo Álvara de Funcionamento, deverá o interessado requerer junto a Seção competente da Administração Municipal, a sua concessão, recolhendo as Taxas de Licença de Localização e Funcionamento devidas de acordo com a legislação vigente à época do requerimento.

ARTIGO 4º - As condições para a instalação e funcionamento dos Ateliers serão definidas em regulamento a ser baixado pelo Executivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a publicação desta lei.

LEI Nº 2.403, DE 19 DE SETEMBRO DE 1997.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, para o fim específico de emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social, de acordo com as disposições contidas na Portaria nº 519, de 02 de abril de 1993.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a que se refere o artigo será firmado nos termos da minuta anexa, que, rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providênicas necessárias à execução do convênio referido no artigo anterior.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de setembro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de setembro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

MINUTA

CONVÊNIO MTB/DRT- **/Nº** **/97.**

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM A DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO-DRT DO ESTADO DE SÃO PAULO E A

VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE EMISSÃO DE CTPS, DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA PORTARIA Nº 519, DE 02 DE ABRIL DE 1993.

(Processo nº

Aos dias do mês de de mil novecentos e noventa e sete, de um lado, a Delegacia do Trabalho-DRT, no Estado de São, conforme processo MTb.DRT nº , CGC nº 37.115.367/0030-03 com endereço a Rua Martins Fontes, 109, na cidade de São Paulo, representada neste ato pelo seu Delegado, Sr. , portador do CPF nº , CI nº , expedida pela , em , no uso das atribuições que o cargo lhe confere face (ato normativo) , daqui por diante denominada simplesmente DRT, e de outro lado, a(o) , inscrito no CGC/MEFP sob o nº , neste ato representada pelo Sr. , portador do CPF nº e da CI nº expedida pela , em , no uso das atribuições que lhe confere o (Ato de Nomeação) datado de ou (Ato Administrativo) de , respectivamente, daqui por diante denominado simplesmente tendo entre si, justo e contratado, celebram o presente Termo, aprovado pela Consultoria Jurídica do Ministério de Trabalho e em conformidade com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 2.300/86 e suas alterações, IN nº 03/90 do DTN/MEFP, Decreto nº 93.872/86 e demais normas que regulam a espécie, às quais os convenentes desde já se

sujeitam, sendo dispensável o processo licitatório com fundamento no inciso X, do art.22 e seu Parágrafo Único, do Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986 e no art. 13 da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, resolvem de comum acordo pactuar obrigações recíprocas, através do presente Termo, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente Convênio, tem por objeto, delegar poderes para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS, ao(a) (nome do órgão) de acordo com os requisitos expressos no art. 14 e seguintes da CLT, com as alterações previstas pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.02.1967, nº 926, de 10.10.69, Lei nº 5.686, de 03 de 08 de 1971 e da Lei nº 8.260, de 12.12.1991, além das normas e instruções pertinentes, emitidas pelo Ministério do Trabalho, através do órgão competente, bem como executar o que determina o art. 42 da CLT. PARÁGRAFO ÚNICO - A proposta, acompanhada do Plano de Trabalho, passará a fazer parte integrante deste Termo, independente de sua transcrição, podendo ser reformulada em comum acordo entre as partes, ao longo de sua execução, sempre que se evidenciar necessário e desde que não altere o objeto do Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES

I - OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE:

a) - fornecer a Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS, bem como as folhas de controle de emissão das mesmas;

b) - repassar à (nome do órgão), toda orientação oficial, que tenha reflexo na emissão de CTPS;

c) - treinar o pessoal necessário à execução dos serviços de expedição de CTPS, bem como orientar os referidos serviços;

II - OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA:

a) - determinar o horário de funcionamento dos serviços;

b) - fornecer local, material de expediente, móveis e recursos humanos necessários à execução dos serviços;

c) - determinar o comparecimento e participação em treinamento, seminários e outras convocações por parte da DRT, aos funcionários designados para a prestação dos serviços;

d) - remeter a Subdelegacia, relatório Mensal de Execução, nos moldes a serem estabelecidos pela DRT, que deverá ser encaminhado até o dia 02 do mês subsequente para fins de controle e estatística;

e) - indicar no mínimo 2 (dois) funcionários, para atenderem o serviço decorrente do presente Convênio, que após credenciamento, receberão treinamento na DRT, bem como, as orientações necessárias ao cumprimento das tarefas;

f) - informar à DRT, para fins de credenciamento, quando ocorrer substituição de pessoal, indicando imediatamente, o nome e a qualificação do substituto;

g) - assumir o ônus decorrente da relação de emprego e demais encargos legais, sejam de que natureza forem, relativos ao pessoal designado para a execução do Convênio, bem como o ônus do treinamento e capacitação de pessoal, no que se refere às despesas de hospedagem, transporte e alimentação;

h) - responsabilizar-se pelo transporte e guarda das CTPS, a serem fornecidas pela DRT ou Subdelegacia a que estiver subordinado o posto conveniado;

i) - devolver o saldo das CTPS, que estiverem em branco ou inutilizadas na data da extinção do Convênio e nos seguintes casos:

I - quando não for executado o objeto do convênio, ressalvadas as hipóteses de casos fortuitos ou força maior devidamente comprovados;

II - quando a delegação de poderes decorrente do Convênio for utilizada de forma diversa da estabelecida, e quando houver infração à legislação que regulamenta a emissão de CTPS;

j) - manter afixado em local visível, no posto emissor, os dizeres contidos no art. 49 do Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO ÔNUS

O presente instrumento não implica em ônus para as partes e da prestação dos aludidos serviços não serão cobradas taxas ou emolumentos do trabalhador.

CLÁUSULA QUARTA
DAS PENALIDADES

Os covenentes estão sujeitos às normas que regem a matéria especialmente o Decreto-Lei nº 2.300/86 e suas alterações e o Decreto-Lei nº 5.452/43, no que couber e o disposto na Portaria nº 519, de 02 de 04 de 1993, sendo responsabilizados cível e criminalmente pelas declarações e emissões de carteiras, em desacordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA QUINTA
DA VIGÊNCIA

Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, extinguindo-se em conforme o Plano de Trabalho, podendo ser prorrogado ou modificado, por meio de aditamentos.

CLÁUSULA SEXTA
DAS PRERROGATIVAS

Constitui prerrogativa da DRT, conservar a autoridade normativa, exercer controle e fiscalização sobre a execução dos serviços decorrentes do presente Convênio, bem como assumir a execução dos serviços em caso de paralização ou de outro fato relevante que possa acarretar a descontinuidade do atendimento.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA PUBLICAÇÃO

O Ministério, providenciará a publicação, no Diário Oficial da União, do extrato do presente Convênio, no prazo e na forma do Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, e suas alterações, às suas expensas.

CLÁUSULA OITAVA
DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os convenentes responsáveis pelas obrigações e beneficiando-se das vantagens somente em relação ao tempo em que participaram do Convênio, aplicando, no que couber, as normas reguladoras da matéria.

PARÁGRAFO ÚNICO - Constitui motivo para a rescisão do Convênio o descumprimento de qualquer uma das cláusulas pactuadas.

CLÁUSULA NONA
DO FORO

Os convenentes neste ato elegem o Foro da Justiça Federal no Estado de São Paulo para dirimir qualquer dúvida ou litígio que por ventura possa surgir da execução deste Convênio, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza do que foi pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias e 04 (quatro) cópias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo assinadas.

CONVENIADO

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO
DO ESTADO DE SÃO PAULO

TESTEMUNHAS:

Nome:	**Nome:**
CPF:	**CPF:**
CI:	**CI:**

LEI Nº 2.404, DE 19 DE SETEMBRO DE 1997.

"Introduz Parágrafo Único no Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.251, de 28 de abril de 1995."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.251, de 28 de abril de 1995, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - Fica instituída como prêmio, aos Servidores Municipais, a permissão de uma falta abonada no dia do aniversário natalício.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando o dia do aniversário natalício trancorrer num Sábado, Domingo, Feriado ou Ponto Facultativo a falta abonada será no primeiro dia útil subsequente."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de setembro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de setembro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.405, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

" Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1998 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1998 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da Administração direta e indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

ARTIGO 2º - A elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 1998 obedecerá as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal.

§ 1º - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

§ 2º - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes a preços de Julho/97, considerando os aumentos ou diminuições de serviços.

§ 3º - As estimativas das receitas serão feitas a preços de Julho de 1997, considerar-se-ão a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, os quais serão objeto de projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Municipal, até quatro meses antes do encerramento do exercício.

§ 4º - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralisados sem autorização legislativa:

§ 5º - O pagamento do serviço da dívida de pessoal e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

§ 6º - O município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o Artigo 212, da Cosntituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino de Educação Infantil e Fundamental.

(Cont. da Lei nº 2.405/97). fls.02.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade do Município e o Plano Plurianual aprovado pela Lei Municipal nº 2.399, de 21 de agosto de 1997, com suas consequentes alterações, procederá à seleção das prioridades dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei, e as orçará a preço de julho de 1997, ficando expressamente vedada a terceirização de qualquer serviço público municipal, salvo nos casos de prévia autorização legislativa, na forma estabelecida na Lei Orgânica do Município.

ARTIGO 4º - O Poder Executivo poderá firmar convênios, com outras esferas do governo, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, desde que obtida a necessária autorização legislativa.

ARTIGO 5º - As despesas com pessoal da Administração direta e indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente atendendo a Lei Complementar nº 82/95.

§ 1º - Entendem-se como receitas correntes para efeitos de limites do presente artigo a somatória das receitas correntes da Administração direta e das receitas correntes próprias da Administração indireta, provenientes das Autarquias e Fundações Públicas, excluídas as receitas oriundas de convênios.

§ 2º - O limite estabelecido para as despesas de pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da administração direta e indireta nas seguintes despesas:

- salários;
- proventos de aposentadoria e pensões;
- remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- remuneração dos Vereadores.

§ 3º - A concessão de qualquer vantagem ou o aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal a qualquer

título, pelos órgãos ou entidades da Administração direta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária, sufuciente para atender às projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no "caput".

ARTIGO 6º - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira às entidades sem fins lucrativos, reconhecidas e declaradas de utilidade pública, inclusive pela Municipalidade, atuantes nas áreas de saúde, educação e assistência social, desde que comprovado que seus fundadores, sócios, titulares, mantenedores e diretores exerçam suas ocupações sem qualquer tipo de retribuição ou remuneração.

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados após a aprovação pelo Poder Executivo, dos planos de aplicações apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º - Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do plano de aplicação, não podendo ultrapassar os 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

§ 3º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Poder Executivo, que deverá, em qualquer hipótese, fazer remessa de cópia integral das mesmas à Câmara Municipal, por ocasião de seu recebimento.

ARTIGO 7º - O orçamento anual obedecerá à estrutura organizacional existente, que somente poderá ser modificada ou alterada através de lei, compreendendo seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta ou indireta.

ARTIGO 8º - As operações de crédito por antecipação da receita, contratadas pelo Município, mediante prévia autorização legislativa, serão totalmente, liquidadas até o final do exercício.

ARTIGO 9º - O Prefeito Municipal enviará, até o dia 30 de setembro, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa

(Cont. da Lei nº 2.405/97). fls.04.

devolvendo-o a seguir para sanção.

ARTIGO 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de setembro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de setembro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I — Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
01	01 - PROCESSO LEGISLATIVO	
	01.01 - Reforma e Amplicações do Prédio da Câmara Municipal.	- melhorar as condições de funcionalidade do prédio onde se situa o Legislativo Municipal.
	01.02 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes.	- Dotar as Unidades da Câmara Municipal de Equipamentos e Materiais Permanentes, no sentido de oferecer melhores condições de trabalho no Legislativo.
02	07 - ADMINISTRAÇÃO	
	07.01 - Edificação da Praça dos Três Poderes.	- Edificar a Praça dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em local apropriado, com o intuito de garantir aos municipes melhor atendimento, com o desenvolvimento Urbano de uma nova área.
	07.02 - Adquirir Equipamentos e Materiais Permanentes.	- Equipar as Unidades da Administração Municipal através de Equipamentos e Materiais Permanentes.
	07.03 - Reorganizar Administrativamente o funcionamento do Poder Executivo.	- Dotar a Administração Municipal através de suas Unidades Administrativas de uma Prestação de Serviços mais eficiente, com o objetivo de garantir melhor atendimento a população.
	07.04 - Elaboração de Novo Plano Diretor.	- Disciplinar a ocupação e uso do solo urbano, com o objetivo de

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I — Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
		ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade - Artigo 182 da Constituição Federal.
	07.05 - Desapropriações.	- Desapropriar áreas improdutivas dentro do território municipal, objetivando investimentos nas áreas de transportes, educação , saúde , social e engenharia.
	07.06 - Programa de Qualidade Total.	- Implantar o Programa de Qualidade Total (Q.T) no âmbito municipaL objetivando resgatar a credibilidade do servidor público municipal.
	07.07 - Implementação de Tercerização de Empresa Especializada em Tributos Federais, especificamente em Mineração.	- Implementar a Tercerização na área de Tributos Federais, com o objetivo de fiscalizar a exploração de areia de cava e de rio, evitando-se com isso a evasão de receitas municipais e a degradação ecológica.
	07.08 - Implementação de Tercerização de Empresa de Prestação de Serviços de Limpeza.	Efetuar a contratação de Empresa Especializada em serviços de limpeza pública.(em Geral).
	07.09 - Término da Reforma do Prédio onde se acha instalado o Mercado Municipal.	- Concluir a reforma do Mercado Municipal.

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I
Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
	07.10 - Precatórias.	- Pagamento de Precatórias Judiciais.
	07.11 - Implantação de Centro de Processamento de Dados (CPD).	- Implantação e/ou Ampliação do Centro de Informatização nos Sistemas Administrativos, Saúde, Educação, Cultura, Esportes e Lazer , Fundo Social, Engenharia e demais Unidades Administrativas, com o objetivo de moderniar a agilizar os serviços prestados a comunidade.
03	08 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
	08.01 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes.	- Dotar as Unidades da Área Financeira de Equipamentos e Materiais - Permanentes.
	08.02 - Pagamento de Despesas de Exercícios - Anteriores.	- Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores.
	08.03 - Pagamento de Juros da Dívida Contratada.	- Pagamento de Juros da Dívida Contratada.
	08.04 - Pagamento de Amortização da Dívida - Fundada.	- Pagamento da Dívida Contratada-diversas.

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I — Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
04	09 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.	
	09.01 - Contribuição ao CODIVAP.	- Contribuir para as atividades do CODIVAP.
05	13 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	
	13.01 - Consolidação da Reforma Agrária.	- Urbanizar as áreas ocupadas por agricultores, através da obtenção de recursos financeiros junto a Esfera Governamental, ou seja, - junto a União, com o intuito de oferecer condições e suporte para a fixação do agricultor no campo. Adquirir também implementos - agricolas através de financiamentos.
06	16 - ABASTECIMENTO	
	16.01 - Incentivo a Produção-Artesanal.	- Oferecer condições de comercialização dos produtos fabricados pelas pessoas físicas ou microempresas.(Artesanalmente).
	16.02 - Incremento à produção Hortifrutigranjeira.	- Baixar o custo da alimentação através do aumento da produção hortifrutigranjeiras.
	16.03 - Cooperativa para os servidores municipais e/ou efetuar Convênio com esta-	

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I
Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
	belecimentos comerciais.	- Oferecer melhores condições para os servidores municipais adquirirem bens de consumo, através de incentivo a formação de cooperativas e micro-empresas agro-industrial, bem como através de convênios.
07	30 - SEGURANÇA	
	30.01 - Tercerização da Segurança-Prédios.	- Implementar a Tercerização dos Serviços de Segurança dos Prédios-Municipais.
	30.02 - Instalação de Postos Avançados de - Emergência.	- Instalar Postos Avançados de Emergência nas Associações de Bairros ou em Centros de Lazer através de Convênios com a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Militar do Estado de São Paulo), com o objetivo de dar segurança à população.
	30.03 - Aplicar a Lei que instituiu a Zona-de Estacionamento.	- Disciplinar o tráfego na zona central da cidade.
08	41 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
	41.01 - Construções e/ou Adaptações de Creches.	- Construção de Creches Municipais nos Bairros através de áreas a - serem doadas pela Administração Municipal, cuja manutenção será-

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I — Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
		pelas Associações de Bairros e/ou Empresas Privadas.
	41.02 - Construção da Sede da Educação.	- Construir a Sede da Educação.
	41.03 - Construção e/ou Adequação de Salas de Aulas p/ o Ensino de Educação - Infantil.	- Oferecer a população infantil melhores condições educacional, médica e alimentar.
	41.04 - Construção e/ou Reforma e/ou Adequação de Prédio p/ a Implantação de centro cultural - Museu.	- Construção e/ou Reforma e/ou Adequação de Prédios para a Implantação de Centro Cultural-Museu.
09	42 - ENSINO FUNDAMENTAL	
	42.01 - Construção e/ou Adaptação de - Salas de Aulas p/ o Ensino Fundamental.	- Construção e/ou Adaptação de Salas de Aulas para o desenvolvimento do Ensino Fundamental.
	42.02 - Reforma e/ou Adequações de Próprios pertencentes ao Patrimônio Municipal.	- Reformar e/ou Adaptar prédios pertencentes ao patrimônio municipal, com o objtivo de oferecer a população estudantil melhores condições

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I
Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
		de estudo.
	42.03 - Tercerização da Merenda Escolar.	- Implementar a Tercerização da Merenda Escolar.
10	44 - ENSINO SUPERIOR	
	44.01 - Bolsas de Estudo.	- Efetuar o pagamento de Bolsas de Estudo a servidores municipais - que cursam o Ensino Superior-Legislação Específica.
11	46 - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	
	46.01 - Complementação da Obra de Centro de Lazer do Trabalhador.	- Concluir a Obra do Centro de Lazer do Trabalhador localizado no Bº Jardim dos Eucaliptos, denominado " João Batista do Nascimento Lima".
	46.02 - Construção de Parques Recreativos.	- Oferecer à população condições de lazer e recreaç~ao.
	46.03 - Construção de Quadras Poliesportivas.	- Oferecer à população condições de lazer e recreação.
	46.04 - Manutenção e reforma de Quadras Poliesportivas já existentes.	- Manutenç~ao e reforma de Quadras Poliesportivas já existentes.
12	48 - CULTURA	
	48.01 - Construção de Biblioteca Pública Municipal e/ou adequaç~ao e reforma da já	

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
	existente.	- Oferecer condições à população estudantil pAra o seu desenvolvimento cultural e social.
	48.02 - Promover Seminários de estudo do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Municipio.	- Dotar o Municipio de acêrvo histórico cultural sobre sua origem, - tradição cultural e história de seu desenvolvimento.
13	57 - HABITAÇÃO	
	57.01 - Construção de Casas populares através de convênios com instituições - financeiras.	- diminuir o déficit habitacional do municipio através de construção- de casas populares, por programas do Governo Federal.
14	58 - URBANISMO	
	58.01 - Pavimentação de diversas ruas da cidade.	- melhorar e modernizar o especto visual da cidade.
	58.02 - Aquisição ao de máquinas e equipamentos leves.e pesados.	- Botar a frota municipal de novos equipamentos e máquinas leves e pesadas para melhor desempenho operacianal das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal.

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I — Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
	58.03 - Construção de muros e passeios de particulares.	- melhorar o aspécto visual da cidade, através de construção de muros e passeios em terrenos de particulares, cobrando de seus proprietários os custos devidos.
	58.04 - Construção de abrigos.	- Melhorar as condições de abrigo dos usuários de transporte coletivo.
	58.05 - Construção, reparação e conservação de muros e passeios em próprios municipais.	- Efetuar a construção, reparação e conservação de muros e passeios de próprios municipais.
	58.06 - Abertura e pavimentação de avenidas, ruas e vielas.	- abrir novas avenidas, ruas e vielas na zona urbana com o objetivo de melhorar o acesso de veículos e transeuntes.
15	60 - SERVIÇOS DE ÚTILIDADE PÚBLICA	
	60.01 - Criação de Viveiros de Plantas.	- Efetuar a construção de viveiros de plantas.
	60.02 - Implementação da Tercerização da Coleta de Lixo Domiciliar e/ou Conservação e Limpeza de Ruas da Cidade.	- Reduzir o custo operacional da Administração Municipal e melhoria dos serviços prestados à população.
	60.03 - Iluminação Pública.	- Ampliação e melhorias da rede de iluminação pública de ruas e logradouros públicos da cidade.

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I — Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
	60.04 - Aterro Sanitário.	- Construção de Aterro Sanitário.
	60.05 - Aquisição de carros fúnebres e ambulâncias.	- Oferecer melhor assistância à população através do serviço funerário.
	60.06 - Construção de arquibancadas pré-moldados em estrutura metálica para atender as Festividades.	- Aquisição de arquibancadas pré-moldados.
	60.07 - Reforma e construção de Praças.	- Reformar Praças para oferecer a população melhores condições de lazer.
	60.08 - Reforma do Cemitério Municipal e/ou implementação de um novo.	- Reforma do cemitério municipal e/ou implementação de um novo.
16	62 - INDÚSTRIA	
	62.01 - Instalação de Distrito Industrial (Aquisição de Área - Serviços de Infra-Estrutura e Urbanização - Mar-/keting - Oferecer Incentivos Fis-/-cais).	- Permitir a instalção de indústrias para o desenvolvimento do Municipio, oferecendo daí novas oportunidades de trabalho à população.

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I — Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
17	65 - TURISMO	
	65,01 - Icentivo à Instalção de Empreendimentos Turísticos no Municipio. (Aquisição da Área - Serviços de Infra-Estrutura e Urbanização - Marketing - Oferecer Incentivos Fiscais).	- Permitir a Instalação de Empreendimentos Turísticos no Municipio.
18	75 - SAÚDE	
	75.01 - Construção de Unidades Básicas de Saúde-Posto de Atendimento Médico-/ PAM.	- Construir Unidades Básicas de Saúde através de Convênios com o Governo Federal e/ou Estadual.
	75.02 - Tercerização dos Serviços de Saúde.	- Tercerizar os Serviços de Saúde prestados aos municipes.
19	76 - SANEAMENTO	
	76.01 - Construção de Galerias de Águas Pluviais e Canalização e Retificação de Córregos.	- Eliminar as bacias que provocam acúmulo das águas e demais drenagem necessários ao saneamento de diversos córregos.

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I — Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
	76.02 - Construção de Sanitários Públicos Pré-Fabricados/mòveis para o período das festividades.	- Construir sanitários públicos pré-fabricados.
20	77 - PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	
	77.01 - Defesa contra a Erosão.	- Disciplinar a extração de minérios (areia) no Municipio, objetivando minimizar a degradação ecológica, evitando-se com isto o rebaixamento do lençol freático, estimulando-se também a volta as culturas tradicionais de várzeas.
21	81 - ASSISTÊNCIA	
	81.01 - Assistência Social Geral.	- Pagamento de Salário-Familia.
	81.02 - Assistência Comunitária.	- Subvenções as Instituições e/ou Entidades Assistênciais.
22	82 - PREVIDÊNCIA	
	82.01 - Previdência Social a Segurados.	- Pagamento de Encargos Sociais.
	82.02 - Previdência Social a Inativos e Pensionistas.	- Pagamento de Inativos e Pensionistas.

LEI Nº 2.405 DE 30 DE setembro DE 1997.
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I — Metas e Prioridades para o exercício de 1998

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
23	84 - PASEP.	
	84.01 - Previdência Social ao Servidor.	- Pagamento ao PASEP.
24	88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
	88.01 - Pavimentação de estradas vicinais e/ ou abertura de estradas.	- Oferecer condições satisfatórias para omescoamento da produção rural
	88.02 - Construção de pontes em estradas rurais e recuperação cda cabeceira de pontes que interligam a zona urbana-com a rural.	- Melhorar as condições de tráfego nas estradas vicinais que ligam - a zona rural e a urbana ou da urbana a rural.
	88.03 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos leves e Pesados, de porte leve e médio.	- Dotar a frota municipal de veículos , Máquinas e Equipamentos Leves e pesados, bem como a aquisição de veículos de porte leve e médio.
	88.04 - Construção de muro-de-arrumo.	- Construir muro-de-arrimo em áreas públicas.
25	91 - TRANSPORTE URBANO	
	91.01 - Implantação e adequação de sinalização viária.	- Sinalizar as vias urbanas com o objetivo de garantir aos municipes a devida segurança.

LEI Nº 2.406, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

"Dispõe sobre arborização de Loteamento."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Todo projeto de loteamento será acompanhado de um projeto de arborização de suas ruas e praças.

§ 1º - O loteador hipotecará ao Município um determinado número de lotes para garantia desta arborização.

§ 2º - Esta hipoteca será o último ato do procedimento que antecede à aprovação do loteamento.

ARTIGO 2º - A arborização efetuar-se-á sempre nas laterais dos logradouros não ocupadas pela rede elétrica e, será atribuição exclusiva da Prefeitura.

§ 1º - As árvores serão plantandas a uma distância máxima de oito metros (8m) umas das outras.

§ 2º - A arborização se fará com mudas de árvores que terão, no mínimo, um metro e cinquenta centímetros (1,50m) de altura.

§ 3º - As mudas de árvores serão protegidas, quando de seu plantio, por uma vedação de ferro, medeira ou alvenaria.

ARTIGO 3º - A arborização realizar-se-á escolhendo-se as árvores entre as seguintes espécies:

- Ipê amarelo
- Ipê rosa
- Unha de Vaca
- Blaquiana
- Sibipiruna
- Tepuana
- Resedá
- Quaresmeira rosa

- Quaresmeira roxa
- Alfeneiro

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o loteador pretender usar árvore de espécie não relacionada neste artigo, deverá obter autorização do Município.

ARTIGO 4º - É proibido podar, derrubar ou sacrificar árvores da arborização pública.

PARÁGRAFO ÚNICO - Inclui-se na proibição deste artigo, qualquer sacrificação à arborização pública com quebras de galhos ou uso de matéria química.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de setembro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Seretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de setembro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.407, DE 08 DE OUTUBRO DE 1997.

"Dá nova redação aos artigos 53 e 56 da Lei Municipal nº 1.990, de 05 de junho de 1991."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os dispositivos da Lei Municipal nº 1.990, de 05 de junho de 1991 (CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ), abaixo discriminados passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 53 - Na distância de 500 (quinhentos) metros de hospitais, casas de saúde, escolas e repartições públicas, as proibições referidas neste Capítulo têm caráter permanente."

"ARTIGO 56 - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR's, aplicando-se a multa em dobro na reincidência específica, seguindo-se da apreensão de bens, remoção do veículo de som, interdição e/ou cassação de licença de funcionamento."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de outubro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de outubro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.408, DE 08 DE OUTUBRO DE 1997.

"Dá nova redação ao artigo 3º, da Lei Municipal nº 2.371, de 20 de dezembro de 1996."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 3º, da Lei Municipal nº 2.371, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com seguinte redação:

"ARTIGO 3º - Pelo ato de custeio de toda a obra de construção do boxe, o vencedor da concorrência pública estará isento do aluguel do mesmo por um período de 2 (dois) anos."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de outubro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de outubro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.409, DE 09 DE OUTUBRO DE 1997.

"Dispõe sobre a colocação de caixas receptoras de correspondência em imóveis urbanos."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - As residências, condomínios e prédios de qualquer natureza, localizados na área urbana, ficam obrigados a possuir caixa receptora de correspondência.

ARTIGO 2º - Nos projetos de construção, reconstrução, ou ainda por ocasião da realização de obras consideradas substanciais, levadas à aprovação da municipalidade, deverá haver detalhamento da colocação das caixas receptoras de correspondência.

ARTIGO 3º - Os imóveis de que trata esta lei, quando for o caso só poderão receber "habite-se", depois de aparelhado com a caixa receptora de correspondência, devidamente comprovado em vistoria realizada pelo Órgão Público Municipal competente.

ARTIGO 4º - A instalação e uso da caixa receptora de correspondência é de caráter facultativo nas residências, condomínios e prédios construídos ou licenciados para construção em data anterior à publicação desta lei.

ARTIGO 5º - Como caixa receptora de correspondência será considerado todo e qualquer recipiente de alvenaria, madeira, fibra, metal ou outro material, contendo indispensável abertura que possibilite o depósito seguro de objetos de correspondência, garantindo sua conservação e inviolabilidade, bem como exclusivo acesso interior pelo morador do imóvel.
PARÁGRAFO ÚNICO - A caixa receptora, de que trata este artigo, poderá ser confeccionada de forma artesanal, com emprego de material novo ou recuperado, desde que atendidos os requisitos de conservação e inviolabilidade.

ARTIGO 6º - As caixas receptoras de correspondência poderão ser instaladas em muros, portões ou grades, do respectivo imóvel, ou ainda, suportadas em pedestais, devendo

todavia, sua afixação ou instalação ser em local de fácil pela Rua, desimpedido de qualquer obstrução.

ARTIGO 7º - A execução de obras com a ausência ou instalação irregular de caixa recptora de correspondência autorizará o seu embargo pelo órgão competente da Municipalidade, aplicando-se as penalidades previstas na Lei Municipal nº 1.990, de 05 de junho de 1991 (Código de Posturas do Município de Tremembé).

ARTIGO 8º - Nos edifícios residenciais, comerciais ou profissionais, com mais de 01 (um) pavimento, estabelecimentos bancários, repartições públicas de qualquer natureza, hotéis e similares, hospitais, entidades, associações, agremiações, indústrias, bem como todo imóvel que por suas características abrigue ou atenda a coletividade, e ainda, todo estabelecimento que receba ou desenvolva suas atividades com um grande número de pessoas, poderá optar pela instalação de uma única caixa de correspondência.

ARTIGO 9º - A instalação de caixa receptora de correspondência é obrigatória mesmo que os moradores do imóvel sejam assinantes do serviço de caixas postais dos correios.

ARTIGO 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de outubro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de outubro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de setembro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de setembro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.410, DE 30 DE OUTUBRO DE 1997.

"Autoriza o Poder Executivo a firmar Acordo de Parcelamento/Reparcelamento de dívida para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, em nome da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, firmar Acordo de Parcelamento com a Caixa Econômica Federal - CEF, na forma da Resolução 262, de 02 de julho de 1997, do Conselho Curador do FGTS, e da Circular CEF nº 107/97, de 07 de julho de 1997, relativo a dívida havida junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 05/95 à 09/97, no valor de R$ 824.644,78 (OITOCENTOS E VINTE E QUATRO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS), assim discriminado:

05/95	R$ 2.059,34
06/95	R$ 23.035,57
07/95	R$ 25.290,21
08/95	R$ 26.150,87
09/95	R$ 26.681,27
10/95	R$ 25.832,72
11/95	R$ 24.424,22
12/95	R$ 47.776,06
01/96	R$ 25.805,30
02/96	R$ 26.415,45
03/96	R$ 27.462,91
04/96	R$ 27.959,76
05/96	R$ 29.885,04
06/96	R$ 31.372,79
07/96	R$ 35.770,26
08/96	R$ 33.759,24

((Cont. Lei nº 2.410/97.) -02-

09/96.....R$ 29.566,59
10/96.....R$ 33.606,60
11/96.....R$ 34.069,34
12/96.....R$ 53.950,20

01/97.....R$ 28.691,61
02/97.....R$ 27.615,91
03/97.....R$ 27.849,73
04/97.....R$ 24.691,55
05/97.....R$ 23.439,43
06/97.....R$ 24.014,22
07/97.....R$ 25.130,00
08/97.....R$ 25.763,84
09/97.....R$ 26.574,75

ARTIGO 2º - O presente acordo de parcelamento poderá ser quitado em até 180 (cento e oitenta) meses, conforme prevê a Resolução CCC nº 262, de 24 de junho de 1997, do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo, para garantia da avença, fica autorizado a vincular e utilizar cotas do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e/ou FPM - Fundo de Participação dos Municípios, durante todo o prazo de vigência do ajuste.

ARTIGO 4º - O Poder Executivo, durante o prazo do Acordo de Parcelamento, consignará, nos orçamentos anual e plurianual, dotações suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do ajuste.

ARTIGO 5º - As despesas por conta desta lei, no presente exercício, onerarão dotações próprias constantes do Orçamento Fiscal vigente.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de outubro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

(Cont. da Lei nº 2.410/97.) -03-

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de outubro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.411, DE 31 DE OUTUBRO DE 1997.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento de Programas na Área da Educação."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento de Programas na Área da Educação.

ARTIGO 2º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias a execução do Convênio referido no artigo anterior.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.412, DE 31 DE OUTUBRO DE 1997.

"Proíbe no Município de Tremembé a instalação e operação de bombas para serviço tipo "SELF-SERVICE" em postos de abastecimento de combustíveis e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica vedada no Município a INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO de Serviço do tipo "SELF-SERVICE" de Combustíveis, nos postos de abastecimento.

§ 1º - Entende-se como bombas de combustíveis do tipo auto-atendimento, aquelas automáticas que dispensam os trabalhos dos frentistas e permite ao consumidor abastecer seu próprio veículo.

§ 2º - Define-se como serviço do tipo "SELF-SERVICE" de combustíveis, aquele no qual o consumidor opera a bomba de abastecimento.

ARTIGO 2º - A fiscalização do cumprimento ao determinado pela presente lei será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

ARTIGO 3º - O descumprimento ao disposto nesta lei acarretará as seguintes penalidades:

I - Multa de 1.000 UFIRS na primeira ocorrência.

II - Em caso de reincidência multa de 2.000 UFIRS.

III - Na terceira ocorrência lacração do Posto de Abastecimento de combustíveis, até o seu enquadramento nas normas estabelecidas na presente Lei.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

(Cont. da Lei nº 2.412/97). -02-

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.413, DE 31 DE OUTUBRO DE 1997.

"Dispõe sobre denominação de Palco de Eventos."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominado Palco **MAESTRO QUINTINO**, o Palco de Eventos localizado na Praça Irineu Mancastroppi.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.414, DE 31 DE OUTUBRO DE 1997.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada **RUA DR. MIGUEL VIEIRA FERREIRA** a Rua 06 do Parque Vera Cruz.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.415, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1997.

"Dispõe sobre nova redação ao inciso V do Artigo 82 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O inciso V do artigo 82 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 82 - .....

V - 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) aos preços dos serviços prestados nos ítens 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 29, 30, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 48, 52, 53, 54, 57, 59 (com exclusão do sub-item "E") 62, 63, 64, 65, 67, 68, 82, 83, 84, 86 e 98 da Lista de Serviços."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 1997.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.388, de 22 de maio de 1997.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 05 de novembro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 05 de novembro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.416, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1997.

"Dispõe sobre a utilização de locais abertos ao público, sob responsabilidade municipal, para os fins que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a permitir a utilização de bens de uso comum, bem como o Palco de Eventos, como bem de uso especial, pertencentes ao Município, para fins culturais, desportivos, religiosos ou qualquer reunião ou manifestação popular pacífica, de curta duração, desde que realizados sem fins lucrativos, assegurado o livre acesso da população, e não frustem outros eventos anteriormente marcado para o mesmo local.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caberá a Prefeitura implementar as providências que se fizerem necessárias para o desvio do trânsito e readequação do sistema viário, visando favorecer a livre circulação de pessoas e veículos, bem como requerer a presença de policiamento militar ostensivo, se o evento assim o recomendar.

ARTIGO 2º - As prescrições do presente diploma legal não se aplicam ao Ginásio Poliesportivo, que continuará a ser utilizado nos moldes da Lei Municipal nº 2.319, de 14 de maio de 1996.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de novembro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de novembro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.417, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1997.

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de porta de segurança nos estabelecimentos bancários sediados no Município".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Para toda edificação destinada a estabelecimento bancário, exigir-se-á a instalação, na entrada, de porta de segurança com dispositivo detector de metais.

ARTIGO 2º - O estabelecimento bancário já em funcionamento na data desta lei, deverá cumprir a exigência prevista no artigo anterior no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de sofrer sanções a serem estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de novembro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de novembro de 1997.

Roberto Fernandes dos Santos
Secretário Municipal

LEI Nº 2.418, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997.

"Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município de Tremembé-SP., para o exercício de 1998."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que de conformidade com o § 9º do artigo 165, da Constituição Federal, combinado com os incisos do artigo 150 e artigo 151 da Lei Orgânica do Município de Tremembé, sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o exercício de 1998, estima e fixa a despesa em R$ 22.140.000,00 (vinte e dois milhões, cento e quarenta mil reais), discriminados pelos anexos integrantes desta lei.

ARTIGO 2º - A RECEITA será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos Anexos desta lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária	R$ 3.722.000,00		
Receita Patrimonial	R$ 25.000,00		
Receita de Serviços	R$ 50.000,00		
Transferências Correntes	R$ 10.760.000,00		
Outras Receitas Correntes	R$ 2.383.000,00	R$ 16.940.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL			
Transferências de Capital		R$ 5.200.000,00	
TOTAL			R$ 22.140.000,00

ARTIGO 3º - A DESPESA será realizada segundo a discriminação dos quadros de "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta lei.

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 - Legislativa	R$	750.000,00
03 - Administração e Planejamento	R$	3.819.500,00
04 - Agricultura	R$	50.000,00
08 - Educação e Cultura	R$	5.509.500,00
10 - Habitação e Urbanismo	R$	7.933.000,00
13 - Saúde e Saneamento	R$	1.710.000,00
15 - Assistência e Previdência	R$	2.098.000,00
16 - Transporte	R$	270.000,00
TOTAL	R$	22.140.000,00

POR PROGRAMA

01 - Processo Legislativo	R$	634.000,00
07 - Administração	R$	2.752.500,00
08 - Administração Financeira	R$	982.000,00
09 - Planejamento Governamental	R$	20.000,00
30 - Segurança Pública	R$	67.000,00
41 - Educação da Criança	R$	1.755.000,00
42 - Ensino Fundamental	R$	3.030.500,00
44 - Ensino Superior	R$	50.000,00
46 - Educação Física e Desportos	R$	298.000,00
48 - Cultura	R$	376.000,00
49 - Educação Especial	R$	77.000,00
58 - Urbanismo	R$	6.190.000,00
60 - Serviços de Utilidade Pública	R$	1.673.000,00

52 - Indústria	R$	50.000,00
75 - Saúde	R$	1.610.000,00
76 - Saneamento	R$	120.000,00
81 - Assistência	R$	308.000,00
82 - Previdência	R$	1.727.000,00
84 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	R$	150.000,00
88 - Transporte Rodoviário	R$	235.000,00
91 - Transporte Urbano	R$	35.000,00
TOTAL	R$	22.140.000,00
POR CATEGORIA ECONÔMICA		
Despesas Correntes	R$	14.233.000,00
Despesas de Capital	R$	7.907.000,00
TOTAL	R$	22.140.000,00
PODER LEGISLATIVO		
. - Legislativo	R$	750.000,00
PODER EXECUTIVO		
2 - Gabinete do Prefeito	R$	2.825.000,00
3 - Assessoria de Agricultura e Abastecimento	R$	50.000,00
4 - Assessoria de Assuntos Políticos	R$	50.000,00
5 - Assessoria de Assuntos Jurídicos	R$	106.000,00
6 - Assessoria Administrativa	R$	751.000,00
7 - Assessoria de Finanças	R$	582.000,00
8 - Assessoria de Educação e Cultura	R$	5.265.500,00
9 - Assessoria de Planejamento e Obras	R$	9.070.500,00
10 - Encargos Gerais do Município.	R$	2.690.000,00

	R$ 22.140.000,00
TOTAL	

ARTIGO 4º - O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todos os seus órgãos e fundos, estima a RECEITA e fixa a DESPESA em R$ 2.265.000,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil reais), assim discriminadas:

01 - Legislativo	R$ 26.000,00
08 - Educação e Cultura	R$ 591.000,00
15 - Assistência e Previdência	R$ 1.648.000,00
TOTAL	R$ 2.265.000,00

ARTIGO 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - proceder a abertura de créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do Orçamento da Despesa, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64;

II - efetuar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 30% (trinta por cento) da receita líquida estimada, nos termos da legislação em vigor;

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de dezembro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de dezembro de 1997.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.419, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997.

"Fixa valor mínimo do metro quadrado de terreno."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os valores de metro quadrado de terrenos incidentes sobre os imóveis localizados nos bairros: Bairro do Paraíso, Loteamento Nossa Senhora Auxiliadora, Bairro do Poço Grande, Loteamento Chácaras Recanto São Luiz, Loteamento Residencial São Vicente de Paulo, Bairro dos Guedes, Loteamento Jardim Maracaibo, Loteamento Alpes e Parque de São Gotardo, Loteamento Jardim Alberto Ronconi, Bairro do Berizal, Bairro do Piracuama, Loteamento Residencial Flôr do Campo, Bairro do Padre Eterno, Bairro do Una, Bairro da Água Quente, Loteamento Residencial Vargas, Loteamento Residencial Terras de Benvirá, Loteamento Parque Vera Cruz, cujo valor unitário seja inferior a R$ 2,33 (dois reais e trinta e três centavos), passam a ser de R$ 2,33 (dois reais e trinta e três centavos), valor este já atualizado pelo Decreto Municipal nº 2.301/97.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 01 de janeiro de 1998.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de dezembro de 1997.

Mario Carneiro Filho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de dezembro de 1997.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.420, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997.

"Dá nova redação ao ítem 27, do artigo 163, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O ítem 27, do artigo 163, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 163 - ...

T A B E L A

ATIVIDADE	VALOR ANUAL	QUANTIDADE DE ITENS
27 - Extração de minerais:		
I - Extração de areia de cava e de rio:		
a - até 30 hectares.....	9.000,00	
b - acima de 30 hectares.....	12.000,00	
II - Extração de argila e de areia de meia-liga, exceto argila para fabricação de tijolos de		
de barro comum.....	9.000,00	

PARÁGRAFO 1º - A licença de que trata o inciso I, será paga em 12 (doze) parcelas, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira, em 20 de janeiro do ano em lançado e vigente o débito com intervalo de 30 (trinta) dias entre uma e outra.

PARÁGRAFO 2º - A licença de que trata o inciso I, será paga com o benefício constante do disposto no artigo 3º, da Lei Municipal nº 2.317, de 22 de abril de 1996.

PARÁGRAFO 3º - A percentagem de 3% (trinta por cento), como fator de redução, para recolhimento da licença para funcionamento, de que trata a Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, alterada pela Lei Municipal nº 2.317, de 22 de abril de 1996 e Lei Municipal nº 2.353, de 30 de outubro de 1996,

(Cont. da Lei nº 2.420/97).

1996, será aplicada somente ao inciso II, do que trata o ítem 27, do artigo 163, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 1998.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de dezembro de 1997.

Mário Carneiro [illegible]
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de dezembro de 1997.

Wilson de [illegible]
Secretário Municipal

LEI Nº 2.421, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997.

"Dispõe sobre a criação de funções-atividades permanentes de confiança, de provimento em comissão e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Passam a fazer parte integrante do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, as seguintes funções-atividades permanentes de confiança, de livre provimento e exoneração:

ANEXO	VAGAS	DENOMINAÇÃO	REF.
XII	05	DIRETOR DE ESCOLA	36
XII	05	COORDENADOR PEDAGÓGICO	33
XII	05	ORIENTADOR EDUCACIONAL	33

ARTIGO 2º - Ficam extintos do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, as seguintes funções-atividades constantes dos anexos integrantes da Lei Municipal nº 1.946, de 22 de janeiro de 1991, alterada pela Lei Municipal nº 2.306, de 07 de fevereiro de 1996:

ANEXO	VAGAS	DENOMINAÇÃO	REF.
XII	02	DIRETOR DE EMEIPG	36
XII	01	COORDENADOR PEDAGÓGICO	33

ARTIGO 3º - Os dispêndios com o cumprimento do disposto nesta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas quando necessário.,

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de dezembro de 1997.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Lei nº 2.421/97. (LEI Nº 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993) -02-

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de dezembro de 1997.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.422, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997.

"Dispõe sobre autorização para edificações e desdobro de lotes no Município de Tremembé."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé autorizada, em caráter excepcional, a permitir edificações e desdobros de lotes nos loteamentos cujos projetos tenham sido regularmente aprovados, até o mês de novembro de 1997, sob a égide da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, desde que atendidas as seguintes exigências mínimas:

I - Abertura de via de circulação, em cuja frente estiver localizado lote a receber edificação ou desdobro;

II - Implantação de rede de abastecimento de água potável ou rede coletora de esgotos, conforme o caso, na via de circulação para a qual faz frente o lote;

III - Colocação de marcos de concreto em todos os lotes da quadra respectiva,

IV - Colocação de guias de concreto na quadra respectiva.

ARTIGO 2º - Por força do disposto no "caput" do artigo 1º, fica suspensa a restrição estabelecida no parágrafo 5º do artigo 24, bem como a proibição encerrada no artigo 25, da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, devendo, contudo, serem rigorosamente, observadas as suas demais disposições legais concernentes com os loteamentos abrangidos por esta lei.

§ 1º - A liberação da caução de que trata o § 2º do artigo 24, da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, ficará condicionada ao cumprimento de cronograma físico-financeiro dos respectivos loteamentos.

§ 2º - Competirá diretamente ao Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé o acompanhamento do cronograma de que trata o "caput" deste artigo, sob pena de responsabilidade funcional do servidor, apurada através de regular sindicância.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, cessando automaticamente seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 1998.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de dezembro de 1997.

Mário Carneiro Filho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de dezembro de 1997.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal